



Dora Catarina Neves Gonçalves

## Auditoria Financeira: A Evolução do Mercado em Portugal

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau Mestre em Contabilidade e Finanças  
orientado por Professor Doutor Bruno de Almeida

Junho 2019



UNIVERSIDADE DE COIMBRA





• U • C •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dora Catarina Neves Gonçalves

## Auditoria Financeira: A Evolução do Mercado em Portugal

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de  
Coimbra

para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau

Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientador académico: Prof. Doutor Bruno Almeida

Orientador profissional: Dr. Ana Vilela

Coimbra, 2019



## Dedicatória

---

Em memória da Professora Doutora Ana Maria Rodrigues, que mais que uma excelente profissional, se tornou uma grande amiga, sempre disponível a ajudar. Obrigado por tudo o que me ensinou tanto a nível académico como pessoal.

Terá para sempre todo o meu respeito e admiração!

## Agradecimentos

---

Em primeiro lugar deixo aqui um agradecimento especial à minha família, principalmente aos meus pais e à minha irmã por todo o esforço, apoio e paciência durante esta etapa e pela educação e valores que me têm vindo a transmitir ao longo destes anos. Sem dúvida que alcançar este objetivo tão importante da minha vida só foi possível graças a eles.

Aos meus amigos de longa data, aqueles que Coimbra me deu e todos aqueles que foram passando e de alguma forma marcando este percurso, quero agradecer por todo o apoio, companheirismo, momentos de convívio e aprendizagem que passamos.

Ao meu orientador de estágio, o Professor Doutor Bruno de Almeida, pelos conhecimentos transmitidos na componente letiva do mestrado e pela ajuda e acompanhamento na realização deste relatório.

À Dra. Telma Carreira Curado, agradecer por ter possibilitado a realização do estágio na empresa TCC&A|SROC e pela oportunidade de continuar na empresa após a conclusão do estágio.

Agradecer especialmente, a todos os elementos da equipa TCC&A|SROC, sem exceção, por todos os ensinamentos, compreensão, simpatia, dedicação prestada, boa disposição e companheirismo.

A todos o meu muito obrigado, ficarei para sempre grata!

**“ A ausência de evidência não significa evidência de ausência”**

(Carl Sagan 1934-1996)

## RESUMO

Estudando os conteúdos teóricos sobre a evolução, o conceito e as teorias explicativas da Auditoria Financeira. Realço a atual discussão pública de um anteprojeto, por parte da CMVM, abrangendo alterações ao Estatuto do Revisores Oficiais de Contas, à Lei 148/2015, de 9 de setembro e ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, contido nesta última Lei.

No que respeita ao estudo das teorias explicativas de auditoria, podemos concluir que a teoria explicativa mais completa é a teoria da agência, muito embora, a teoria da informação, na vertente de credibilização da informação financeira, pode ter valor explicativo nas típicas empresas portuguesas (empresas familiares) sujeitas a auditoria legal.

Numa segunda parte, com a elaboração da análise à Profissão de ROC em Portugal pude perceber que, atualmente, existem 1409 Revisores oficiais de Contas, maioritariamente com idades compreendidas entre os 35 anos e os 45 anos, sendo que independentemente da idade existem mais profissionais do género masculino do que feminino. No que diz respeito à análise ao mercado de auditoria em Portugal pude perceber como este mercado está organizado, concentrando-se setenta e cinco por cento das SROC nos distritos Lisboa e Porto. Utilizando o IHH e o Coeficiente de Gini conclui que o setor de auditoria é, atualmente, um mercado não concentrado, onde existe elevada desigualdade de rendimentos entre as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Em relação ao estágio, este teve como objetivo principal a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico, nomeadamente na área de auditoria financeira. Como tal, inicialmente, foi-me transmitido as tarefas que pretendiam que realizasse durante o estágio, que poderiam diversificar, mediante a minha capacidade de aprendizagem. Ao longo do percurso integrei-me nos procedimentos a efetuar durante uma auditoria às demonstrações financeiras de uma entidade em contexto real de trabalho, analisando pormenorizadamente diversas áreas.

Com muita dedicação e empenho, este estágio revelou-se uma experiência enriquecedora, desenvolvendo competências pessoais e profissionais capazes de aumentar a minha autonomia profissional.

**Palavras-chave:** Auditoria Financeira; materialidade; planeamento; demonstrações financeiras; auditor.



## ABSTRACT

Studying the theoretical contents about the evolution, the concept and the explanatory theories of the Financial Audit. I would like to highlight the current public discussion of a preliminary draft by the CMVM, including amendments to the Statutory Auditors' Statute, Law 148/2015 of 9 September and the Legal Regime of Audit Supervision contained in this last Law.

Concern to the study of the explanatory theories of audit, we can conclude that the most complete explanatory theory is the theory of the agency, although the information theory, in the credibility of financial information, can have explanatory value in typical Portuguese companies (family businesses) subject to statutory audit.

In a second part, with the preparation of the analysis to the Profession of ROC in Portugal, I noticed that, currently, there are 1409 Statutory Auditors, mostly aged between 35 and 45, most of the professionals are male. With regard to the analysis of the audit market in Portugal, we are able to see how this market is organized, with seventy-five percent of the SROCs concentrated in the cities of Lisbon and Porto. Using the IHH and the Gini Coefficient, we can conclude that the audit industry is currently a non-concentrated market, where there is a high income inequality among the Chartered Audit Firms.

In relation to the internship, the main objective was the practical application of the knowledge acquired during the academic course, namely in the area of financial auditing. As such, initially, it was given to me the tasks, which could diversify during the internship, through my ability to learn. I was involved in the procedures to be performed during an audit of the financial statements of an entity in a real work context, analyzing in detail some areas.

With a lot of dedication and commitment, this internship proved to be an enriching experience, developing personal and professional skills capable of increasing my professional autonomy.

**Keywords:** Financial Audit; materiality; planning; financial statements; auditor.

## SIGLAS

---

AICPA- *American Institute of Certified Public Accountants*

ATF- Ativos Fixos Tangíveis

CMVM- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

CNC- Comissão de Normalização Contabilística

CSC- Código das Sociedades Comerciais

EOROC- Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

IAASB- *International Auditing and Assurance Standards Board*

IASB- *International Accounting Standards Board*

IDEFE - Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais

IFAC- *International Federation of Accountants*

INDEG-ISCTE: INDEG-ISCTE *Executive Education* – Instituto Universitário Público Português

ISA- *International Standards on Auditing*

IHH- Índice *Herfindahl - Hirschman*

ISEG-UTL- Instituto Superior de Economia e Gestão

NCRF- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

OROC- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PCAOB- *Public Company Accounting Oversight Board*

RJSA- Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria

RL- Resultado Líquido

SOA- *Sarbanes-Oxley Act*

SROC- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

TCC&A- Telma Carreira Curado & Associados

VN- Volume de negócios

## Listagem Figuras

---

<b>Figura 1</b> - <i>Accountability</i> e as relações de agência.....	14
<b>Figura 2</b> - A intervenção do auditor no processo de <i>accountability</i> (ampliação do modelo de Laughlin) .....	15
<b>Figura 3</b> - Distribuição de ROC por antiguidade na profissão .....	19
<b>Figura 4</b> - Distribuição de ROC por idade e género .....	19
<b>Figura 5</b> - Distribuição das SROC por distrito .....	20
<b>Figura 6</b> - Distribuição do Volume de Negócios (somatório de 2010 a 2017) por distrito.....	21
<b>Figura 7</b> - Distribuição do Volume de Negócios (somatório de todos os distritos) por ano ...	22
<b>Figura 8</b> - Distribuição do Resultado Líquido (somatório de 2010 a 2017) por distrito .....	23
<b>Figura 9</b> - Distribuição do Resultado Líquido (somatório de todos os distritos) por ano .....	24
<b>Figura 10</b> - Distribuição do gasto com o pessoal (somatório de 2010 a 2017) por distrito ....	25
<b>Figura 11</b> - Distribuição do gasto com o pessoal (somatório de todos os distritos) por ano...	26
<b>Figura 12</b> - Distribuição do número de empregados das SROC (somatório de 2010 a 2017) por distrito .....	27
<b>Figura 13</b> - Gastos com o pessoal VS número de empregados das SROC por distrito .....	28
<b>Figura 14</b> - Gasto com o pessoal VS número de empregados das SROC (somatório de todos os distritos) por ano .....	29
<b>Figura 15</b> - Distribuição do número médio empregados das SROC (somatório de todos os distritos) por ano.....	30
<b>Figura 16</b> - Distribuição do número de horas trabalhadas pelos empregados das SROC (somatório de todos os distritos) por ano .....	30
<b>Figura 17</b> - Gasto com o pessoal VS número de horas trabalhadas .....	31
<b>Figura 18</b> - Evolução do IHH de 2010 a 2017 .....	32
<b>Figura 19</b> - Curva de Lorenz .....	33
<b>Figura 20</b> - Organograma da TOC&A SROC .....	35
<b>Figura 21</b> - Organização dos procedimentos substantivos do dossiê .....	41
<b>Figura 22</b> - Papel de trabalho da definição da materialidade .....	42
<b>Figura 23</b> - Papel de trabalho da definição da materialidade (continuação) .....	43
<b>Figura 24</b> - Papel de trabalho da definição da materialidade (continuação) .....	44
<b>Figura 25</b> - Papel de trabalho ATF (reconciliação do mapa de depreciações com a contabilidade) .....	46
<b>Figura 26</b> - Papel de trabalho AFT (análise de variações do período) .....	47

<b>Figura 27</b> - Papel de trabalho dos clientes .....	49
<b>Figura 28</b> - Papel de Caixa e Depósitos Bancários (caixa).....	52
<b>Figura 29</b> - Papel de Caixa e Depósitos Bancários (Reconciliação Bancária) .....	53
<b>Figura 30</b> - Papel de trabalho Capital Próprio .....	54
<b>Figura 31</b> - Papel de trabalho Capital Próprio .....	55
<b>Figura 32</b> - Papel de trabalho do capital: Verificação da certidão de registo comercial da empresa .....	57
<b>Figura 33</b> - Papel de trabalho dos financiamentos obtidos .....	58
<b>Figura 34</b> - Papel de trabalho dos Gastos.....	59
<b>Figura 35</b> - Papel de trabalho dos Gastos: Fornecimento e Serviço Externos.....	60
<b>Figura 36</b> - Papel de trabalho dos Gastos: Material de Escritório .....	61
<b>Figura 37</b> - Papel de trabalho de gastos com o pessoal (reconciliação entre o processamento de salários com a contabilidade) .....	62
<b>Figura 38</b> - Papel de trabalho de gastos com o pessoal (teste à segurança social) .....	63

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Parte I: Enquadramento teórico</b>	<b>3</b>
<b>1. A Auditoria Financeira</b>	<b>5</b>
<b>1.1. Evolução histórica da auditoria</b>	<b>5</b>
<b>1.2. Conceitos de auditoria</b>	<b>10</b>
<b>1.3. Teorias explicativas de auditoria</b>	<b>10</b>
1.3.1. Teoria do polícia	10
1.3.2. Teoria da confiança inspirada	11
1.3.3. Teoria da informação	11
1.3.4. Teoria do governo das sociedades	12
1.3.5. Teoria do seguro	13
1.3.6. Teoria da agência	13
<b>Parte II: Mercado de auditoria em Portugal</b>	<b>17</b>
<b>2. Um retrato da auditoria</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Benefícios da auditoria para o mercado português</b>	<b>18</b>
<b>2.2. Um retrato da profissão de ROC</b>	<b>19</b>
<b>2.3. Um retrato das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas</b>	<b>20</b>
2.3.1. Distribuição das SROC por distrito	20
2.3.2. Volume de Negócios das SROC	21
2.3.3. Resultado Líquido das SROC	23
2.3.4. Gastos com o pessoal das SROC	25
2.3.5. Número de empregados das SROC	27
2.3.6. Índice de <i>Herfindahl-Hirschman</i> (IHH)	31
2.3.7. Coeficiente de <i>Gini</i>	32

<b>2.4. A sociedade de Revisores oficiais de Contas acolhedora</b>	<b>33</b>
2.4.1. Estrutura organizacional	34
2.4.2. Os seus clientes	35
<b>PARTE III - Atividades desenvolvidas no decorrer do estágio</b>	<b>37</b>
<b>3. Atividades desenvolvidas no decorrer do estágio</b>	<b>39</b>
<b>3.1 Definição da Materialidade</b>	<b>41</b>
<b>3.2. Ativo Fixo Tangível (ATF)</b>	<b>44</b>
<b>3.3. Clientes</b>	<b>48</b>
<b>3.4. Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>51</b>
<b>3.5. Capital Próprio</b>	<b>53</b>
<b>3.6. Financiamentos Obtidos</b>	<b>57</b>
<b>3.7. Gastos</b>	<b>58</b>
3.7.1. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	59
3.7.2. Fornecimento e serviços externos	60
3.7.3. Gastos com o pessoal	61
<b>Conclusões</b>	<b>65</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>67</b>
<b>Anexos</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

O presente relatório integra a fase final do Mestrado de Contabilidade e Finanças, 2º ciclo, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Nesta última etapa do mestrado optei por realizar estágio curricular, uma vez que, em minha opinião, seria a melhor forma de proporcionar-me um melhor contacto com a realidade prática e assim consolidar os conteúdos teóricos adquiridos ao longo de toda a minha formação académica. A realização deste estágio foi na área de auditoria financeira, o que me permitiu aprofundar, desenvolver e adquirir conhecimentos não só nesta área, mas também, em áreas relacionadas a esta, como contabilidade, fiscalidade e direito.

O estágio decorreu na empresa Telma Carreira Curado & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., doravante denominada por TCC&A|SROC, no escritório de leiria com início de 12 de fevereiro de 2018 a 22 de junho de 2018.

Este relatório tem como objetivo elucidar, numa primeira fase, os conteúdos teóricos sobre a evolução da Auditoria Financeira, o conceito desta e as teorias explicativas da mesma. Numa segunda parte irei fazer uma análise do mercado de auditoria em Portugal, onde serão analisados diferentes temas como a distribuição de Revisores Oficiais de Contas por idade, género e antiguidade na profissão, bem como a distribuição das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas por distrito, analisando posteriormente o Volume de negócios o Resultado Líquido e os Custos com o Pessoal. Também será analisado o índice de concentração para o mercado de auditoria, assim como o índice de desigualdade de volume de negócios neste mercado. De seguida, é feita uma breve apresentação da empresa que me acolheu, TCC&A|SROC, referindo quais os seus objetivos, missão e valores.

Na última parte do relatório irei descrever as principais tarefas realizadas durante as 720 horas de estágio, descrevendo os procedimentos que fui realizando na análise de cada área, destacando as rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, dos Clientes, da Caixa e Depósitos Bancários, do Capital Próprio, dos Financiamentos obtidos e dos Gastos.

Para finalizar este relatório farei algumas considerações relativamente à experiência vivida durante o estágio, e a forma de como este me permitiu evoluir profissionalmente e enquanto pessoa.





## PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO



# 1. A Auditoria Financeira

É um processo objetivo e sistemático, efetuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre ações e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre essas asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira. (Almeida, 2017, p.3)

## 1.1. Evolução histórica da auditoria

Não se conhece a data exata do surgimento da auditoria, contudo existe referência de que as civilizações egípcias, gregas e romanas efetuavam auditorias, onde a sua principal preocupação centrava-se nas pessoas a quem era confiados fundos e se estes eram utilizados de forma honesta e apropriada. Como tal, neste período o principal objetivo da auditoria era a deteção de fraudes na utilização destes fundos.

No entanto, Costa (2017), refere que a auditoria, como é atualmente entendida, teve o seu início na Grã-Bretanha, em meados do século XIX, como consequência das exigências da Revolução Industrial. Sendo, por esta altura, publicadas as primeiras normas de relato financeiro e de auditoria.

Posto isto, após 1920, os responsáveis de gestão foram adquirindo a responsabilidade de prevenção e deteção de fraudes e por sua vez, os profissionais de auditoria foram reconhecendo cada vez menos esta responsabilidade, uma vez que estes argumentavam que o objetivo da auditoria é a credibilização dos relatórios financeiros.

A mudança no objetivo da auditoria é justificada pelo crescimento das empresas em dimensão e complexidade, de tal modo, que para controlarem as atividades, prevenirem e detetarem erros e irregularidades nos registos contabilísticos, foram criados sistemas de controlos internos.

A partir deste momento, os investidores passaram a investir o seu capital nas empresas cuja probabilidade de receberem dividendos pelo investimento realizado fosse maior e mais seguro e deixaram de estar ligados aos seus investimentos de forma sentimental. É então que a auditoria se revela ainda mais importante porque veio satisfazer a necessidade de informação rápida e exata sobre os relatórios financeiros, sendo, daqui em diante uma fonte de informação básica para a tomada de decisão.

Com a expansão da auditoria, no fim dos anos 90, muitas empresas de auditoria passaram a fornecer serviços para além da auditoria, aproveitando, assim, as condições favoráveis do mercado. No entanto estes tipos de serviços colocavam em causa a independência dos

auditores, uma vez que deles advinham rendimentos que ultrapassavam os rendimentos dos normais serviços de auditoria. Todo este panorama trouxe a falência de algumas das maiores empresas dos Estados Unidos, como a Enron (uma das maiores empresas, em termos de capitalização bolsista), a Arthur Andersen (uma das maiores empresas de auditoria), a Worldcom, a Global Crossing, entre outras. E com isto, uma grande mudança na auditoria, visto que ocorreu uma quebra de confiança dos utilizadores de informação financeira no mercado de capitais.

A solução para a quebra de confiança passou pela aprovação da lei *Sarbanes-Oxley Act* (SOA), em 2002, pelo presidente dos Estados Unidos, na altura *George W. Bush*. A SOA reforça a independência dos auditores, tornando ilegal que uma empresa de auditoria forneça um vasto leque de serviços, tais como:

- ❖ Exercer funções de administração;
- ❖ Exercer funções relacionadas com os recursos humanos;
- ❖ Tomar decisões sobre investimentos;
- ❖ Gerir os bens dos seus clientes;
- ❖ Executar operações de bolsa pelo seu cliente;
- ❖ Fornecer serviços de contabilidade;
- ❖ Desenvolver e implementar sistemas de informação financeira;
- ❖ Serviços atuariais;
- ❖ Serviços relacionados com auditoria interna; e
- ❖ *Expert services*: A defesa do seu cliente contra processos instaurados pelo organismo que regula o mercado de capitais.
- ❖ Contudo, os auditores poderão prestar serviços de consultoria fiscal (*tax services*).

No entanto, um dos principais problemas identificados pela SOA foi a excessiva autorregulamentação da profissão de auditor, uma vez que eram estes profissionais que aprovavam as normas pelas quais o seu trabalho se devia reger. A SOA ainda provocou a obrigatoriedade destas empresas conservarem os papéis de trabalho durante sete anos, a obrigatoriedade de dois sócios da empresa assinarem as auditorias, a necessidade de avaliação do sistema de controlo interno, a rotação do sócio responsável pela auditoria e do sócio que efetua a revisão do trabalho do sócio responsável e ainda as empresas serem

sujeitas a um controlo de qualidade anual, se auditarem mais de 100 empresas públicas, ou então sujeitas a um controlo de qualidade de três em três anos, se auditarem menos de 100 empresas públicas.

Outras das alterações promovidas pela SOA foi a criação do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), que é um organismo de supervisão com a responsabilidade de criar normas de auditoria e padrões éticos que previnam situações de conflitos de interesse.

O impacto que a lei teve com a criação do organismo, na profissão de auditoria, foi importante e estruturante, pois esta passou de uma fase de auto-regulação para uma regulamentação e supervisão exercidas por um organismo quasi-governamental.

Com a crise do *subprime*, em 2006, da falência de várias instituições de crédito que concebiam empréstimos de alto risco, o mundo financeiro, mais uma vez, culpou os auditores por não terem alertado para o risco de falência destas instituições. Nesta sequência a Comissão Europeia publicou, em 2010, o Livro Verde- Política de auditoria, que reflete as lições da crise, com o objetivo de debater a função de auditoria e o seu âmbito.

O Livro Verde salienta que a auditoria deve contribuir para a estabilidade financeira, uma vez que dá garantias razoáveis sobre a real saúde financeira das empresas, restabelecendo a confiança nos e dos mercados, contribuindo, assim, para a proteção dos investidores e para reduzir o risco da informação e o custo de capital das empresas.

No dia 27 de maio de maio de 2014 foram publicados no jornal oficial da União Europeia a proposta de ajustamento da diretiva de auditoria a Diretiva 2014/56 EU de 16 de abril (também conhecida como 8ª diretiva) e o Regulamento nº 537/2014 de 16 de abril, sendo este, apenas, aplicável aos auditores que auditam entidades de interesse público.

As alterações à 8ª diretiva estão relacionadas com os seguintes aspetos:

- ❖ Adoção das normas internacionais de auditoria e a sua obrigatoriedade, ou seja, apenas se pode aplicar normas nacionais enquanto a comissão não tiver adotado uma norma internacional de auditoria sobre a mesma matéria;
- ❖ Controlo de qualidade são efetuadas com base numa análise de riscos, devendo ser adequadas e proporcionais, tendo em conta a escala e a complexidade da atividade ROC/SROC alvo de controlo. Também, são introduzidos novos requisitos aplicáveis à seleção de pessoas que realizem as verificações de controlo de qualidade;
- ❖ São adicionados artigos relacionados com sanções e penalidades;

- ❖ São reforçados os requisitos de independência relacionados com a contratação pelas entidades auditadas de antigos ROC ou de empregados de ROC/SROC, bem como a ser exigido que seja exigido que sejam efetuadas avaliações das ameaças à independência;
- ❖ São adicionados artigos relacionados com a organização interna do ROC/SROC e com a organização do trabalho.

As novidades do referido regulamento são:

- ❖ Alterações ao conteúdo do relatório tipo de auditoria e criação de um relatório suplementar interno para os comités de auditoria;
- ❖ Novos requisitos relacionados com a rotação obrigatória de auditores; e
- ❖ Restrição na prestação de serviços que sejam de auditoria, com uma introdução de uma lista de serviços cujas empresas de auditoria estão proibidas de prestar.

Estes normativos emanados pela Comissão Europeia foram transpostos para o ordenamento jurídico nacional através da Lei nº 148/2015 de 9 de setembro que aprova o Regime Jurídico da Supervisão da Auditoria e da Lei nº140/2015 de 7 de setembro que fala dos Estatutos dos Revisores Oficiais de Contas.

No entanto, passados três anos sobre a entrada em vigor desta legislação, segundo o documento de consulta pública da CMVM nº 8/2018, a experiência prática da CMVM juntamente com as opiniões que lhe foram sendo transmitidas pelos agentes económicos, permitiram uma reflexão mais aprofundada sobre o regime jurídico de auditoria e a deteção de um conjunto de aspetos, que segundo esta, são necessários clarificar e/ou aperfeiçoar.

A reflexão sobre a possibilidade de rever o elenco de entidades de interesse público e algumas definições estruturantes do sistema de supervisão de auditoria, como por exemplo as “funções de interesse público” (conceito importante para o registo dos auditores na CMVM, entre outros) e o conceito “normas de auditoria” (termo referido ao longo da legislação, mas ainda não definido), entendem-se como relevantes.

Temas com necessidade de clarificação e/ou aperfeiçoamentos, surgem como exemplos, o registo dos auditores na CMVM, o regime sancionatório, as atribuições da CMVM sobre os órgãos de fiscalização de entidades de interesse público e a necessidade de afirmar a lei nacional face à lei europeia.

Ainda se salienta a importância de simplificar as regras, facilitando, assim, a sua apreensão pelos respetivos destinatários, pelo que se propõe simplificar o regime de rotação dos

auditores e eliminar repetições desnecessárias face à legislação europeia quando esta seja diretamente aplicável.

Posto isto, a CMVM decidiu submeter a consulta pública um anteprojeto abrangendo alterações:

- ❖ Ao Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), aprovado pela Lei nº 140/2015 de 7 de setembro;
- ❖ À Lei nº 148/2015, de 9 de setembro (na sua redação atual);
- ❖ Ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA), aprovado pela Lei nº 148/2015, de 9 de setembro (redação atual).

Como qualquer atividade profissional, é necessário qualidade no trabalho executado, pelo que, esta qualidade é fundamentalmente regida por normas. Em auditoria, para além de as normas se debruçarem nas qualidades profissionais dos auditores, elas, também, se dedicam ao julgamento exercido pelos mesmos, na execução do seu exame e na elaboração do consequente relatório. Estas normas são emitidas, essencialmente, por quatro organismos:

- ❖ O *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), que foi o primeiro organismo profissional que publicou normas de auditoria;
- ❖ O *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), criado em 2002 nos Estados Unidos da América pela lei *Sarbanes-Oxley*;
- ❖ A *International Federation of Accountants* (IFAC), foi um organismo criado em 1977, com o objetivo de fortificar os profissionais de contabilidade e auditoria, a nível mundial. Deste órgão faz parte o *International Accounting Standards Board* (IASB), responsável pelas normas internacionais de contabilidade e o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), responsável pelas normas internacionais de auditoria.
- ❖ A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), que é o organismo regulador da profissão de auditor independente em Portugal.

Atualmente, a auditoria (com a finalidade de emitir certificação legal das contas) aplica-se às sociedades anónimas, às sociedades por quotas que tenham obrigatoriedade de concelho fiscal e às sociedades que se encontram nas condições previstas no Art.º 262º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), às empresas públicas, às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, entre outras.

## 1.2. Conceitos de auditoria

Segundo vários autores a definição de auditoria não é fácil de definir dada a extensa aplicação e sua abrangência, pelo que não existe uma definição rígida do que é a auditoria, no entanto existe determinados termos ou expressões comuns que são utilizados nas definições dadas por diversos autores e organismos profissionais.

Segundo a ISA 200, uma auditoria é um trabalho de garantia de fiabilidade e tem como objetivo habilitar o auditor a expressar a opinião de que as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável.

Para o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), a auditoria é o processo sistemático que permite obter e avaliar evidências a respeito de asserções contidas nas demonstrações financeiras, acerca de situações e transações económicas da entidade, visando certificar o grau de correspondência entre essas asserções e as normas de referência, e comunicar os resultados dessa avaliação aos interessados.

Tal como é identificável pelas definições apresentadas anteriormente, referindo, também a definição inicial da auditoria financeira citada por Almeida (2017) no início do capítulo 1 , e pelas que existem sobre o conceito de auditoria, surge sempre o destaque às demonstrações financeiras de forma direta ou indireta. Isto porque, para Costa (2017), a auditoria financeira tem como objeto as asserções subjacentes às demonstrações financeiras e conseqüentemente o objetivo de expressar uma opinião, por parte de um profissional competente e independente, sobre as demonstrações financeiras.

Ao contrário da contabilidade que parte do acontecimento para chegar às demonstrações financeiras, a auditoria faz o percurso contrário. De destacar, que, no entanto, a última responsabilidade pelas demonstrações financeiras reside no órgão de gestão.

## 1.3. Teorias explicativas de auditoria

Baseando no pressuposto de que a necessidade de auditoria foi criada pela separação entre a propriedade e a gestão, apresento de seguida algumas teorias explicativas de auditoria.

### 1.3.1. Teoria do polícia

Como referi no capítulo da evolução histórica de auditoria, inicialmente a principal função do auditor era a prevenção de fraudes. Após este período deu-se uma mudança na auditoria



e esta passa a estar centrada na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras. Recentemente, com os últimos acontecimentos relacionados com fraudes, o papel do auditor tem vindo a ser colocado em causa, refletindo-se e dando ênfase a esta teoria colocando-se a questão: “é o auditor responsável pela deteção de fraude, como um polícia?”.

### 1.3.2. Teoria da confiança inspirada

A teoria da confiança inspirada foi desenvolvida no final dos anos vinte do século passado pelo professor holandês *Theodore Limperg*, citado por Almeida (2017), que defendia que a necessidade de serviços de auditoria tinha uma influência direta da participação dos acionistas no capital das empresas.

Sendo os acionistas, aqueles que prestam contribuições à empresa, como troca exigem ao órgão de gestão a responsabilidade pela prestação de contas e estes como podem ter interesses diferentes dos primeiros, esta informação pode ser enviesada. Como tal, e de forma a confirmar a teoria desenvolvida, a prestação de contas necessita de ser auditada.

### 1.3.3. Teoria da informação

Esta teoria surge da análise do custo benefício entre *stakeholders*, uma vez que se fundamenta no princípio de que todas as empresas necessitam de uma informação financeira fiável, na medida em que o processo de decisão é afetado pela qualidade da informação.

Segundo Almeida (2017), nesta teoria existem três aspetos fundamentais: a produção de informação financeira fiável, a produção de informação financeira relevante para o processo de decisão do investidor e a credibilização da informação financeira produzida e divulgada.

A emissão de uma opinião capaz de providenciar um aceitável nível de segurança pela elevada qualidade de obter uma opinião é um tipo de serviço que um auditor pode providenciar, e por este ser um profissional independente, é diminuído o chamado risco de informação, ou seja, a possibilidade de ser utilizada informação incorreta no processo da tomada de decisão. Numa era da informação e do conhecimento, o uso da informação é apresentado como um instrumento competitivo e estratégico de desenvolvimento rápido das empresas, pelo que Knechel (2001) desenvolveu o papel da informação na produção de riqueza. Ou seja, pela aquisição, controlo e utilização da informação é criada a riqueza, mas para isso é necessário que esta seja fiável, relevante e capaz de ser um *input* dos modelos de decisão empresarial.

Com o crescimento económico as atividades tornaram-se mais complexas e, com isto, os decisores económicos começaram a estar mais afastados do conhecimento do negócio, aumentando assim a probabilidade de o risco de informação ser intencionalmente distorcido. Neste sentido, surge cada vez mais a necessidade de as organizações incorrerem em custos com o objetivo de reduzir este risco.

Neste sentido estrutura-se a teoria explicativa da auditoria baseada na teoria da informação, pressupondo-se que a procura da auditoria é relevante pela informação produzida com credibilização, fiabilidade e relevância. E, assim, ser inserido no processo de tomada de decisão dos *stakeholders* uma vez que o seu risco de informação foi reduzido para um nível aceitável.

#### 1.3.4. Teoria do governo das sociedades

A teoria explicativa de auditoria foi proposta, por Power (1997), estando a problemática do governo das sociedades muito associada com a problemática da diferença de expectativas em auditoria. Estas problemáticas relacionam-se pelo facto de a auditoria ser constituída como uma estrutura de controlo e o governo das sociedades envolver um conjunto de estruturas para controlar a forma como as empresas são governadas.

A importância do controlo deriva da falta de confiança em alinhar os controlos existentes na empresa, sobretudo o controlo interno, e da forma como os auditores conduzem os seus trabalhos e reportam a opinião subjacentes dos mesmos.

Dentro da problemática global do governo das sociedades existem diversos princípios que apesar de estarem relacionados direta ou indiretamente, apenas nos interessa realçar a problemática relacionada com a prestação de contas e com auditoria, ou seja, tudo que se relaciona com a produção e divulgação da informação financeira, com o controlo interno, equipe de auditoria e auditoria externa. Sendo este último valorizado como um instrumento de monitorização.

Estes princípios impõe um conjunto muito vasto de responsabilidades. Aos gestores atribui-se a responsabilidade na produção e divulgação da informação (conforme já se tem vindo a referir), a obediência aos reguladores e também aos próprios estatutos da empresa. Aos auditores atribui-se a responsabilidade da problemática da continuidade da empresa, o que implica a divulgação de pressupostos e previsões. E ainda a institucionalização da equipe de auditoria cujos deveres abrangem a definição de objetivos e resultados da auditoria externa,

os custos da auditoria, a independência e a objetividade dos auditores, bem como a extensão dos serviços extra auditoria que possam ser solicitados aos auditores.

Neste sentido, a auditoria integrada como um instrumento de controlo enquadrada no amplo conceito de governo das sociedades alcança um grande impulso de procura, devido à filosofia de procura que lhe está subjacente.

### 1.3.5. Teoria do seguro

A teoria do seguro consiste na transferência para os auditores das perdas que os investidores podem vir a sofrer no mercado de capitais, culpando os auditores de prestarem serviços deficientes ao mercado, sendo enquadrada em países anglo-saxónicos, onde o processo de contestação contra os auditores é frequente.

Esta teoria explicativa desenvolveu-se a partir de meados do século 90, altura em que os custos de contestações aumentaram por alegadas deficiências na condução de auditorias, despoletando a falência da auditoria. Com isto, procurou-se associar a falência de um negócio com a falência da auditoria, realçando que a divulgação de informação financeira fraudulenta era também da responsabilidade dos auditores. Ou seja, quando acontece uma falência de um negócio, quer por práticas fraudulentas ou por má gestão, existe a tendência de culparem os auditores por não terem previsto, através de uma análise atempada, os problemas. Não obstante de que as expectativas dos investidores, os principais interessados nos relatórios financeiros, seja que a auditoria forneça segurança razoável no que diz respeito a fraudes, irregularidade ou atos ilegais.

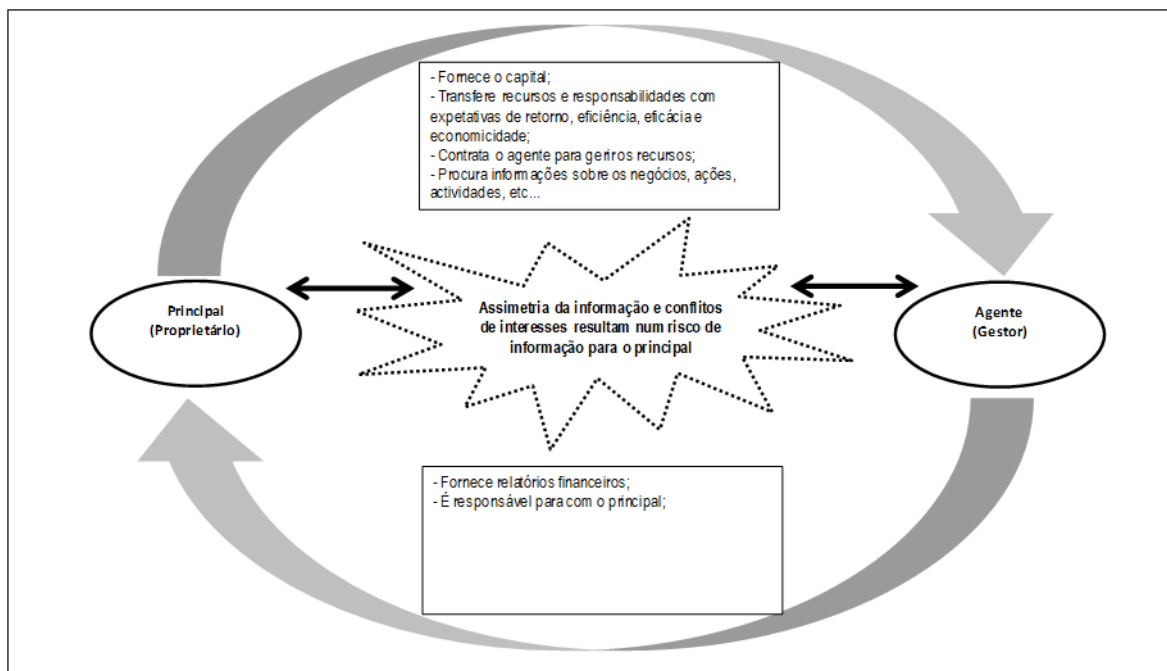
Com efeito, segundo Wallace (1980), a auditoria por via desta teoria é um incentivo aos políticos e aos reguladores, no sentido de os auditores serem os “maus da fita”, fazendo com que grandes perdas de investimentos se torne num problema político e daí a necessidade de incentivar, pela via legislativa, a procura dos serviços de auditores ampliando a responsabilidade profissional destes e a necessidade desta responsabilidade ser coberta por seguros.

### 1.3.6. Teoria da agência

A teoria da agência, por Costa (2017), é considerada como sendo uma aplicação à contabilidade, e por extensão à auditoria, das teorias das ciências económicas e empresariais.

Ora, segundo o modelo de *accountability* desenvolvido por Laughlin (1990), contém uma estrutura de relações interativas que se desenvolvem em termos de causa-efeito, e a estrutura deste modelo subjacente às relações de agência, pode ter a seguinte configuração:

**Figura 1** - *Accountability* e as relações de agência



**Fonte:** Almeida, B. (2017). *Manual de Auditoria Financeira- Uma análise integrada baseada no risco*

Segundo a leitura do esquema anterior, uma empresa é vista como resultado de contratos mais ou menos formais, nos quais diversos grupos fazem algumas espécies de contribuições à empresa, a determinados preços. Nestas relações o gestor é visto como o “agente” tentando obter as tais contribuições do “principal”, havendo direito de controlo e de autoridade do principal sobre o agente.

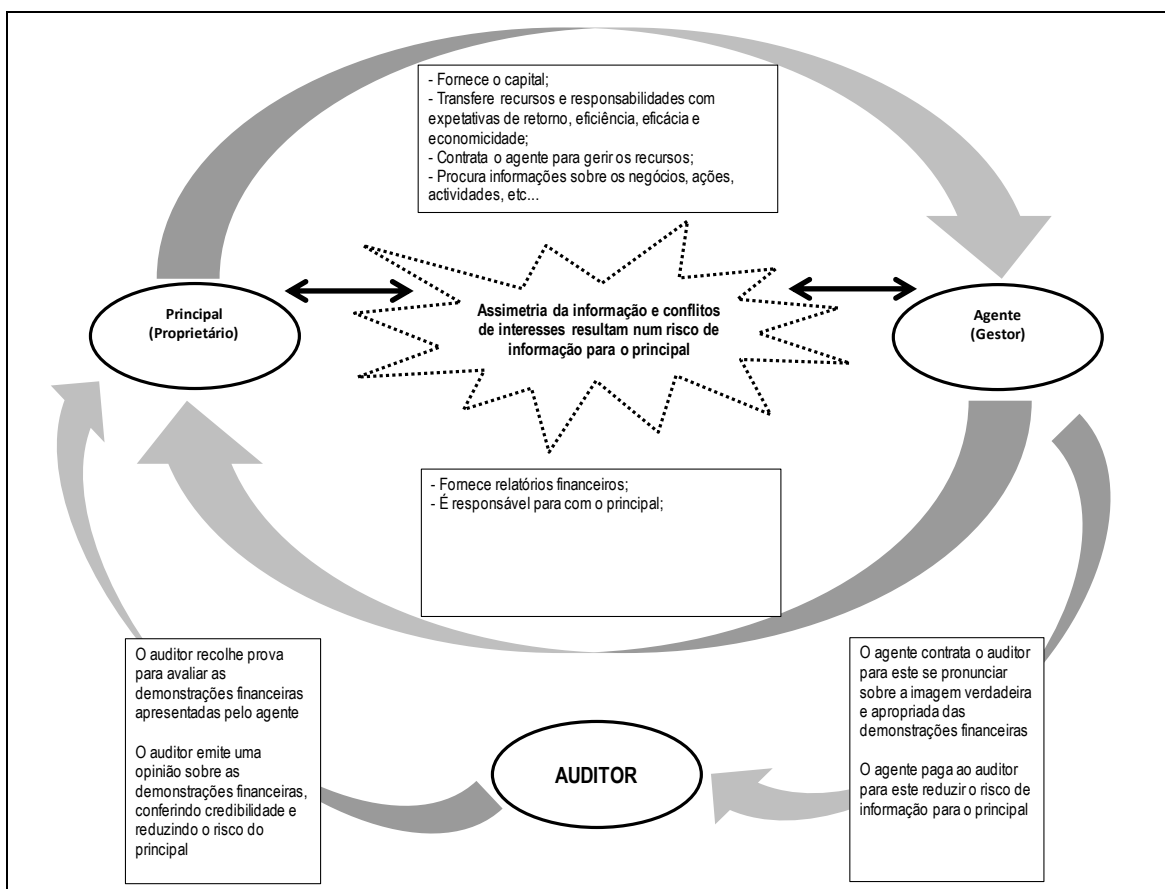
No entanto, quando as funções de “principal” e do “agente” estão concentradas na mesma pessoa, o que por norma acontece nas micro, pequenas e em algumas médias empresas, não existe hesitação de concluir que os recursos da empresa estão a ser utilizados indevidamente. Nas restantes empresas o “principal” poder sempre admitir que o “agente” lhe está a apresentar demonstrações financeiras que não correspondem à realidade.

A fim de que haja alterações dos níveis de confiança no “agente” é necessário, logicamente, uma mudança no processo de *accountability*, sendo que em qualquer circunstância, a única maneira de remover dúvidas em relação aos eventuais comportamentos oportunistas dos

“agentes” é através de uma terceira entidade, dotada de independência e de meios técnicos e humanos capazes de validar a informação, a auditoria.

Neste sentido Almeida (2017), propõe que no modelo de *accountability*, anteriormente apresentado, seja acrescentado uma nova dimensão, a auditoria, com o objetivo de validar a informação financeira e não financeira produzida e divulgada pelo “agente”.

**Figura 2** - A intervenção do auditor no processo de *accountability* (ampliação do modelo de Laughlin)



**Fonte:** Almeida, B. (2017). *Manual de Auditoria Financeira- Uma análise integrada baseada no risco*

Após esta análise, podemos concluir que a teoria explicativa da auditoria mais completa é a teoria da agência, muito embora, a teoria da informação, na vertente de credibilização da informação financeira, pode ter valor explicativo nas típicas empresas portuguesas (empresas familiares) sujeitas a auditoria legal.



## PARTE II: MERCADO DE AUDITORIA EM PORTUGAL

## 2. Um retrato da auditoria

### 2.1 Benefícios da auditoria para o mercado português

Os Revisores Oficiais de Contas (ROC)/Auditores desempenham funções de interesse público, dos quais se destaca a revisão legal de contas ou auditoria. Esta função, tal como já referi, aumenta a credibilização da informação financeira dada pelas empresas ou outras entidades, produzindo informação necessária para a melhoria da qualidade.

Desta qualidade de informação beneficia todos os interessados nessa informação, incluindo o Órgão de Gestão, os sócios ou acionistas, as instituições de crédito, a Autoridade Tributária, a Segurança Social, o Instituto Nacional da Estatística, entre outros.

Agregada à melhoria da qualidade da informação vem a possibilidade de defender a transparência, promover o incentivo ao investimento, a dinamização do mercado e contribuir para uma tributação mais justa.

A Revista OROC, Revisores e Auditores (janeiro a março de 2017, p.3) cita: “A função do ROC tem sido também reconhecida como relevante para o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo ou outras formas de corrupção.” Segundo a mesma fonte, a intervenção do ROC tem vindo a ser útil, uma vez que aumenta a credibilização da informação económica, financeira e social incluída na sua prestação de contas, são um interlocutor competente para a discussão de matérias relevantes para a gestão, contribuem para a melhoria do controlo interno e para o cumprimento de leis e regulamentos.

A Revista OROC, Revisores e Auditores (janeiro a março de 2017, p.4), ainda, refere: “As empresas ou outras entidades e o mercado beneficiam da competência destes profissionais formados na experiência de trabalho com Revisores Oficiais de Contas.”Pela formação que lhes é exigida para acesso à profissão e depois continuamente, pela intervenção em entidades diversas, pela constante adaptação a novas leis, ao mercado e outras circunstâncias, são detentores de conhecimento, competências e experiência muito relevantes. Podendo a intervenção em entidades variar quanto à sua natureza, ao seu negócio e à sua complexidade, alargando a experiência destes profissionais.



Segundo a Revista Revisores e Auditores (2017) os colaboradores dos Revisores Oficiais de Contas, quando optam por outras carreiras, reconhecem que adquirem elevada capacidade de trabalho com foco no objetivo específico, de adaptação a circunstâncias diversificadas, de trabalho em equipa, competências de comunicação, desenvolvem espírito crítico, organização e eficiência.

## 2.2. Um retrato da profissão de ROC

A Profissão foi criada em Portugal em 1972, atualmente conta com profissionais, maioritariamente, com uma antiguidade entre os 20 e os 30 anos, como podemos ver na figura seguinte.

**Figura 3 - Distribuição de ROC por antiguidade na profissão**



**Fonte:** Elaboração própria com dados da revista Revisores e Auditores, “EM FOCO”, janeiro a março de 2017

Relativamente à idade dos Revisores Oficiais de Contas, esta é igual ou superior a 30 anos, sendo que, atualmente, em Portugal, existe um maior número de ROC com idades compreendidas entre os 35 anos e os 45 anos. Tal conclusão pode ser verificada na figura seguinte:

**Figura 4 - Distribuição de ROC por idade e género**

Nº de ROC:	16	486	335	256	203	113
Homens	10	286	205	220	193	110
Mulheres	6	200	130	36	10	3
Idades	30	35	45	55	65	75

**Fonte:** Elaboração própria com dados da revista Revisores e Auditores, “EM FOCO”, janeiro a março de 2017

Podemos concluir, ainda, que independentemente da idade dos ROC, existe mais profissionais do género masculino do que do género feminino.

De salientar que toda esta pesquisa foi feita, pela OROC, em 2017, para uma totalidade de 1409 Revisores Oficiais de Contas.

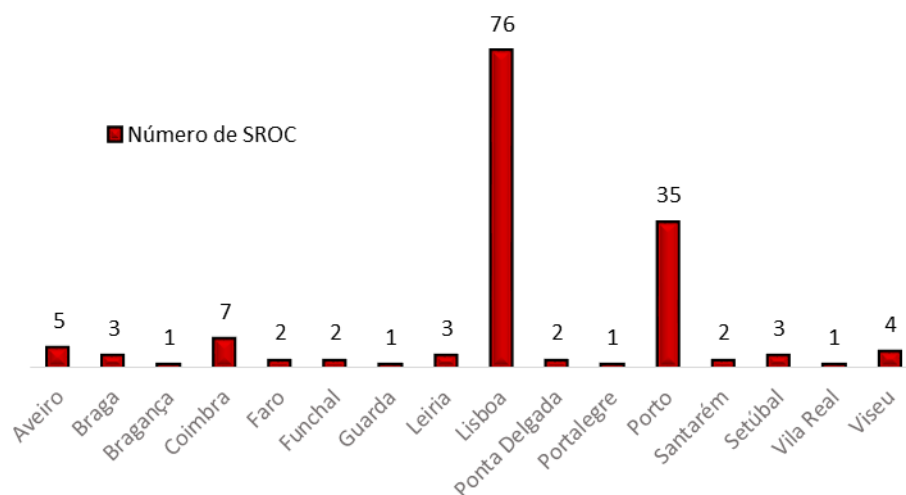
## 2.3. Um retrato das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas

Tendo por suporte a base de dados SABI de *Bureau van Dijk*, elaborei uma pesquisa por forma a obter resultados sobre as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas em Portugal. Para tal, como estratégia de pesquisa, filtrei o Código de Atividade Económica das atividades de contabilidade e auditoria; consultaria fiscal (CAE – 69200), de seguida seleccionei a região de Portugal, obtendo um resultado de 13.584 entidades. No entanto, posteriormente escolhi, o nome das empresas pela sigla “SROC” e com a determinação “Sociedade Revisores Oficiais de Contas”, obtendo um resultado de pesquisa de 148 entidades.

### 2.3.1. Distribuição das SROC por distrito

Destas 148 entidades pesquisei o distrito a que cada entidade pertencia, obtendo o seguinte resultado:

**Figura 5** - Distribuição das SROC por distrito



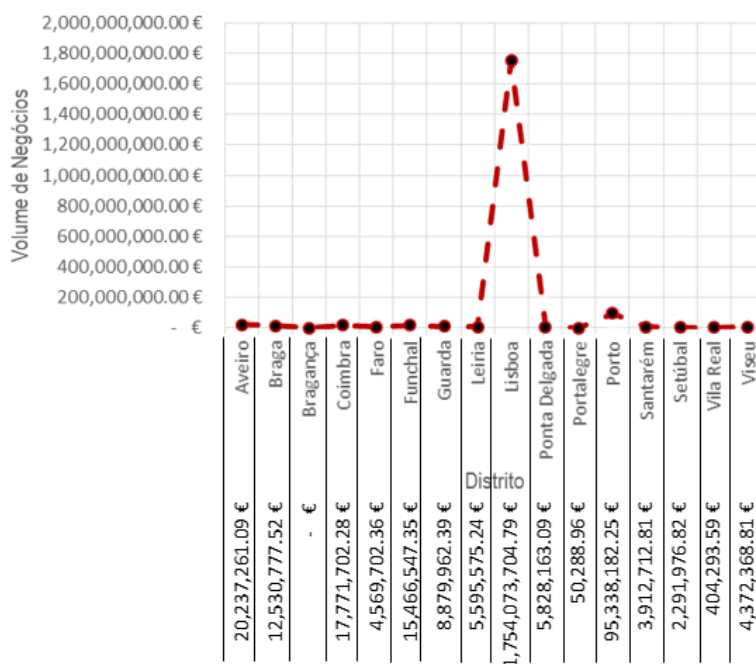
**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Podemos verificar que existe maior concentração de SROC no distrito de Lisboa e seguidamente no distrito do Porto, ou seja, cerca de 75% de todas as SROC estão situadas nestes distritos.

O passo seguinte foi pesquisar o volume de negócios, o resultado líquido, assim como o custo com o pessoal destas entidades no período compreendido entre 2010 e 2017 (último ano disponível na base de dados). Estes resultados foram posteriormente trabalhados para uma melhor análise anual e por distrito para cada um dos tópicos acima mencionados.

### 2.3.2. Volume de Negócios das SROC

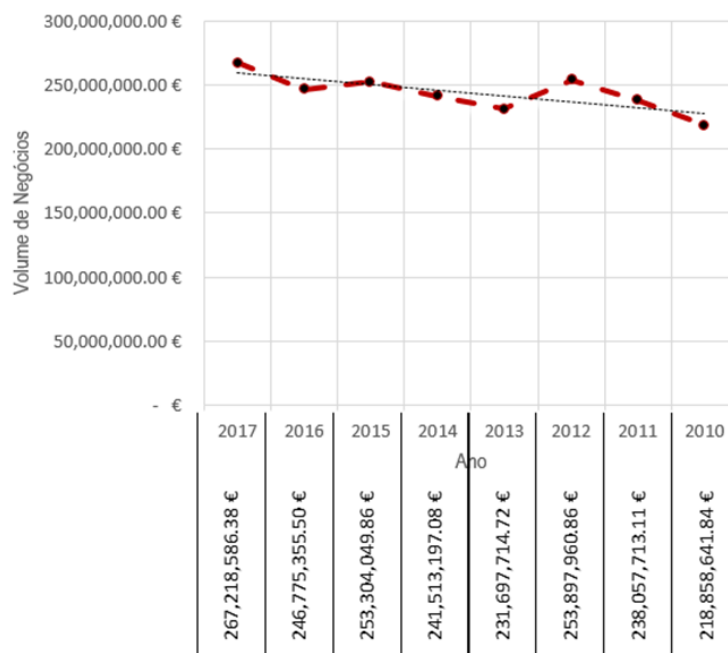
**Figura 6 - Distribuição do Volume de Negócios (somatório de 2010 a 2017) por distrito**



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Ao analisar o somatório do volume de negócios dos 7 anos em relação aos distritos, podemos observar que Lisboa é o distrito que regista maior volume de negócios e seguidamente o Porto. Portalegre é o distrito que regista o menor volume de negócios, para o intervalo de tempo em análise.

**Figura 7 - Distribuição do Volume de Negócios (somatório de todos os distritos) por ano**

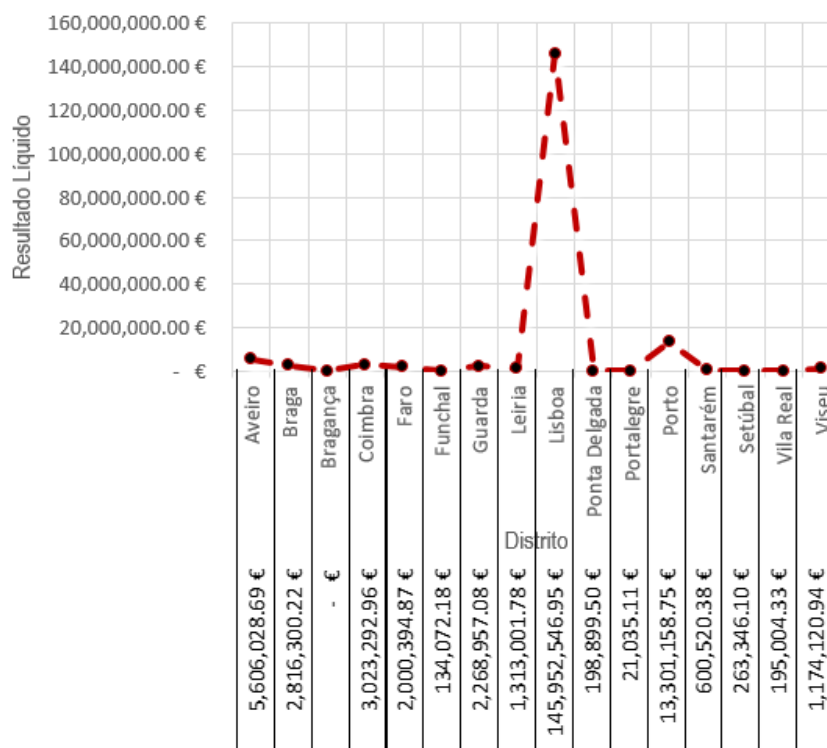


**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Ao analisar o somatório do volume de negócios dos sete anos em relação a cada ano, podemos verificar que 2017 foi o ano em que se registou um maior pico de volume de negócios, tendo ocorrido valor semelhante, apenas em 2012. O menor pico de volume de negócios registado foi em 2010.

### 2.3.3. Resultado Líquido das SROC

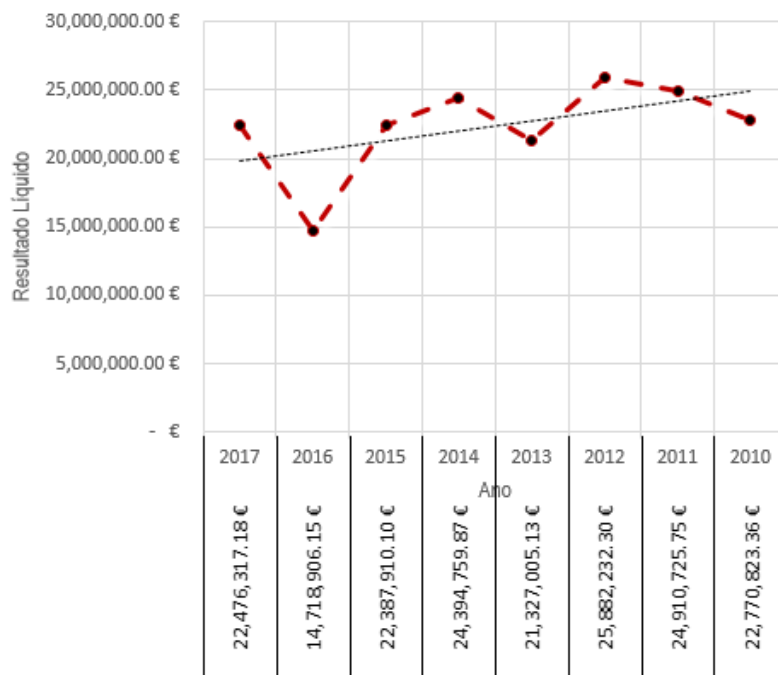
**Figura 8** - Distribuição do Resultado Líquido (somatório de 2010 a 2017) por distrito



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Relativamente ao Resultado Líquido, ao analisar o seu somatório dos 7 anos em relação aos distritos, podemos concluir, tal como o volume de negócios, Lisboa é o distrito que regista um maior RL e seguidamente é o distrito Porto. Portalegre é o distrito que regista o menor RL no intervalo de tempo em análise.

**Figura 9 - Distribuição do Resultado Líquido (somatório de todos os distritos) por ano**

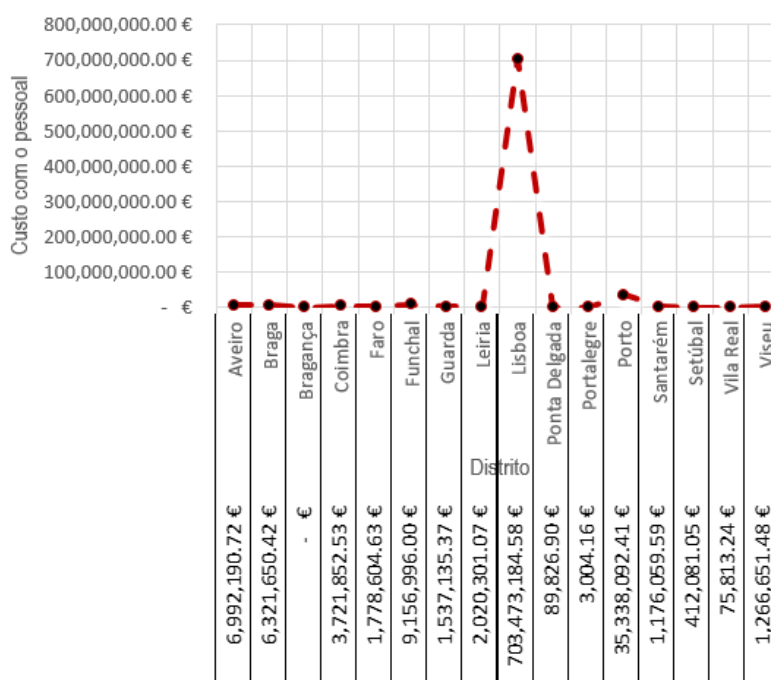


**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Quando analisamos o somatório do Resultado Líquido dos sete anos em relação a cada ano, podemos verificar que 2016 foi o ano em que se registou um menor pico de RL. O maior pico do Resultado Líquido foi registado em 2012.

### 2.3.4. Gastos com o pessoal das SROC

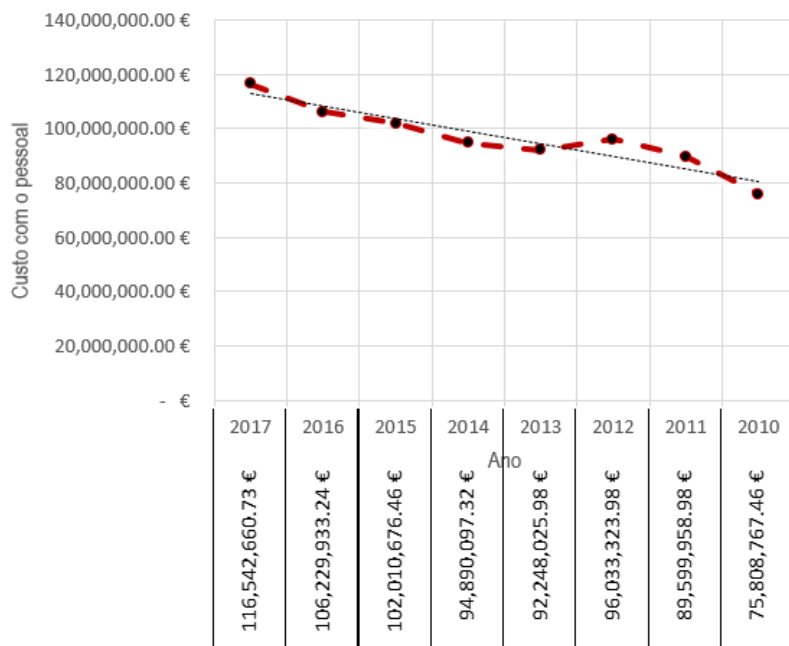
**Figura 10** - Distribuição do gasto com o pessoal (somatório de 2010 a 2017) por distrito



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

No que diz respeito ao gasto com o pessoal, ao analisar o seu somatório dos sete anos em relação aos distritos, podemos concluir, tal como o volume de negócios e o resultado líquido, que Lisboa é o distrito que regista maior custo com o pessoal e seguidamente é o Porto. Portalegre é o distrito que regista o menor custo com o pessoal, no intervalo de tempo em análise.

**Figura 11** - Distribuição do gasto com o pessoal (somatório de todos os distritos) por ano



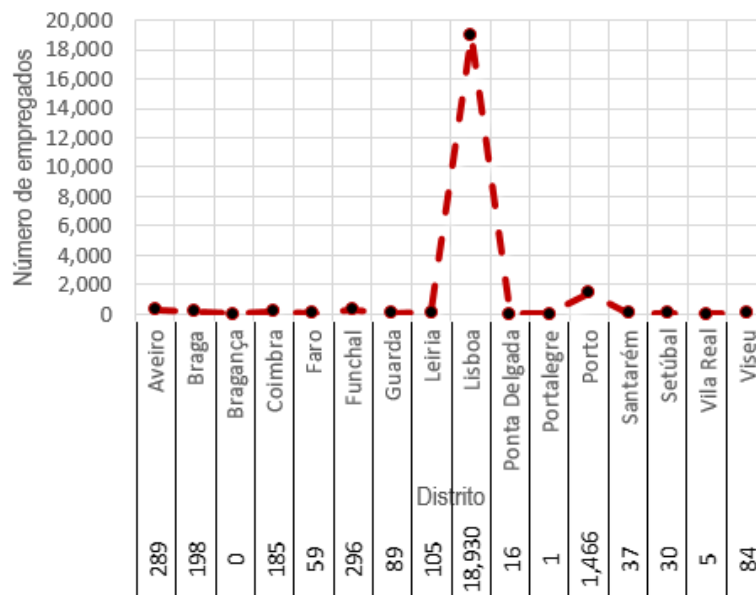
**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Na análise do somatório do gasto com o pessoal dos sete anos em relação a cada ano, podemos verificar que este tem vindo aumentar, sendo 2017 o ano em que se registou um maior gasto com o pessoal, tendo o menor gasto sido registado em 2010. O que está subjacente com a evolução destas sociedades e com a valorização da profissão de auditor no decorrer dos anos.



### 2.3.5. Número de empregados das SROC

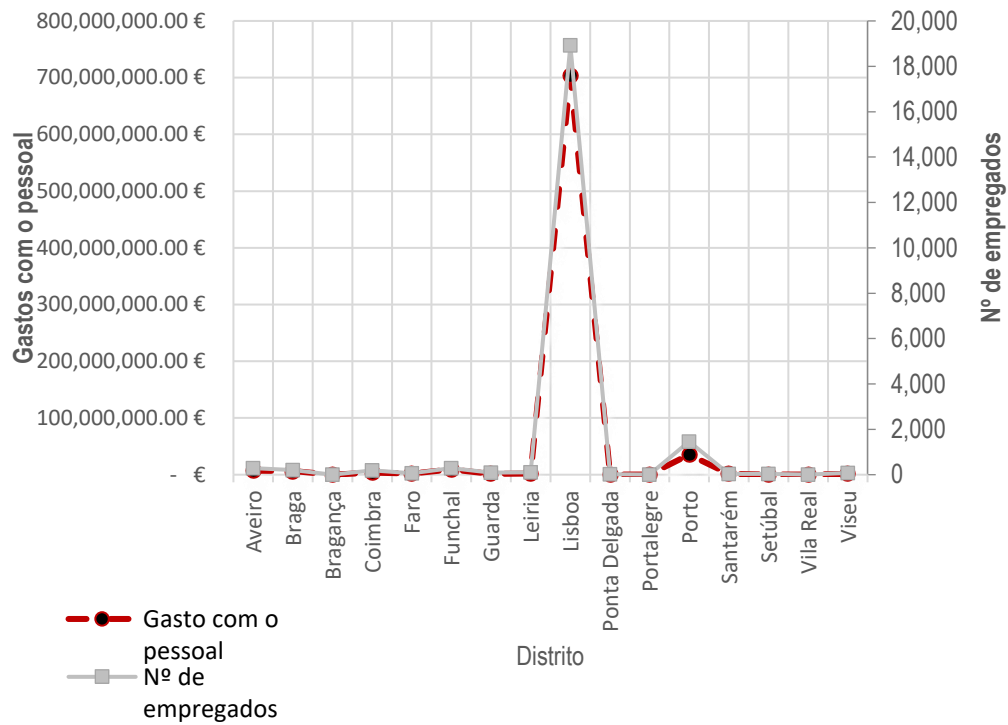
**Figura 12** - Distribuição do número de empregados das SROC (somatório de 2010 a 2017) por distrito



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Em concordância com a variação ocorrida com o gasto do pessoal está o número de empregados das sociedades, sendo o distrito de Lisboa o que representa o maior número de empregados, cerca de 19.930 empregados em 76 sociedades de revisores, seguindo-se o distrito do porto com cerca de 1.466 empregados em 35 empresas. Portalegre é o distrito com menor número de empregados, uma vez que só existe 1 empregado na única empresa do distrito.

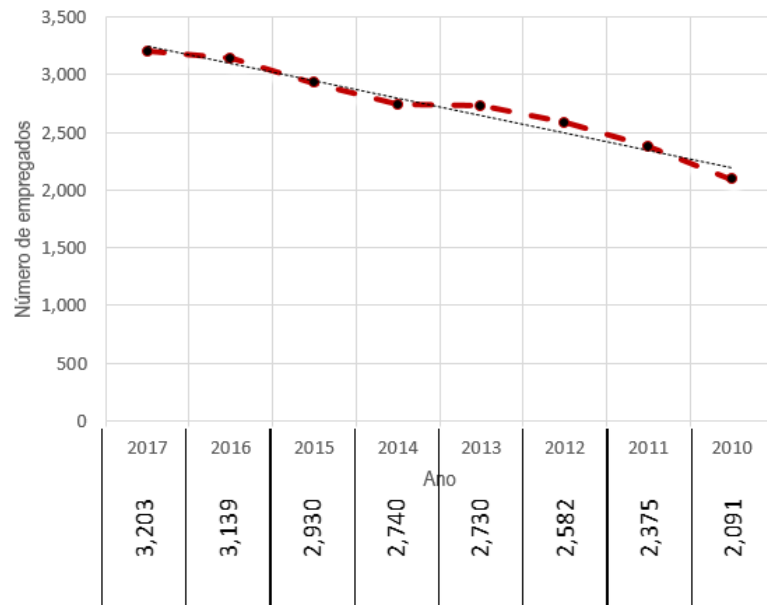
**Figura 13** - Gastos com o pessoal VS número de empregados das SROC por distrito



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Verifica-se que os gastos com o pessoal acompanham a variação do número de empregados das SROC por distrito, no entanto esta variação é ligeiramente inferior nos gastos com o pessoal em relação à variação do número de empregados.

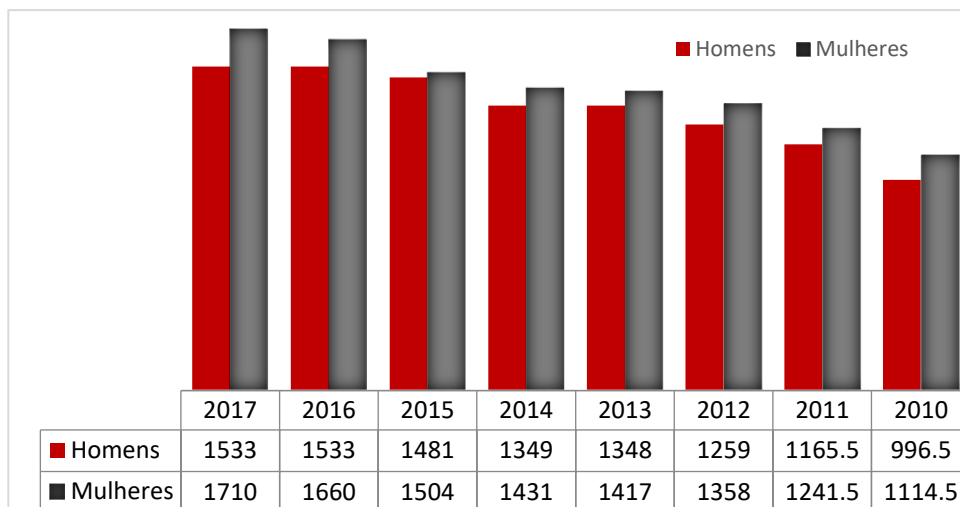
**Figura 14** - Distribuição do número médio empregados das SROC (somatório de todos os distritos) por ano



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Uma vez que o custo com o pessoal tem vindo aumentar é de esperar que o número de empregados em cada sociedade tenha a tendência a aumentar também, verificando-se que em 2017 o número de empregados é superior em relação aos anos transatos. Mostrando de seguida como essa tendência se tem distribuído pela característica “género” dos empregados.

**Figura 15** - Distribuição do número médio empregados das SROC (somatório de todos os distritos) por ano

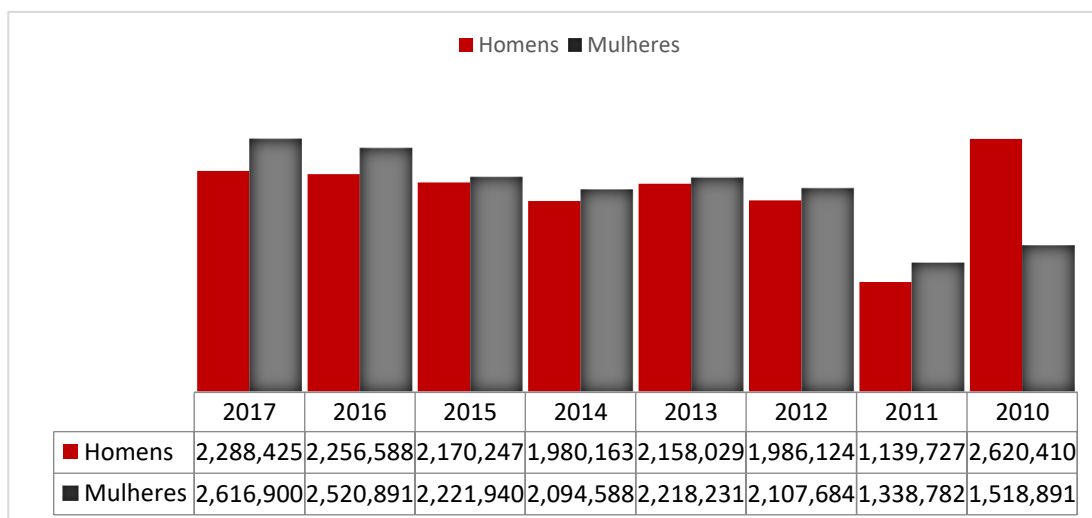


**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de Bureau van Dijk

Podemos concluir que em média existe mais empregados mulheres nas SROC, tendência que se tem verificado ao longo dos anos.

Em relação as horas trabalhadas por cada um dos empregados das SROC podemos verificar:

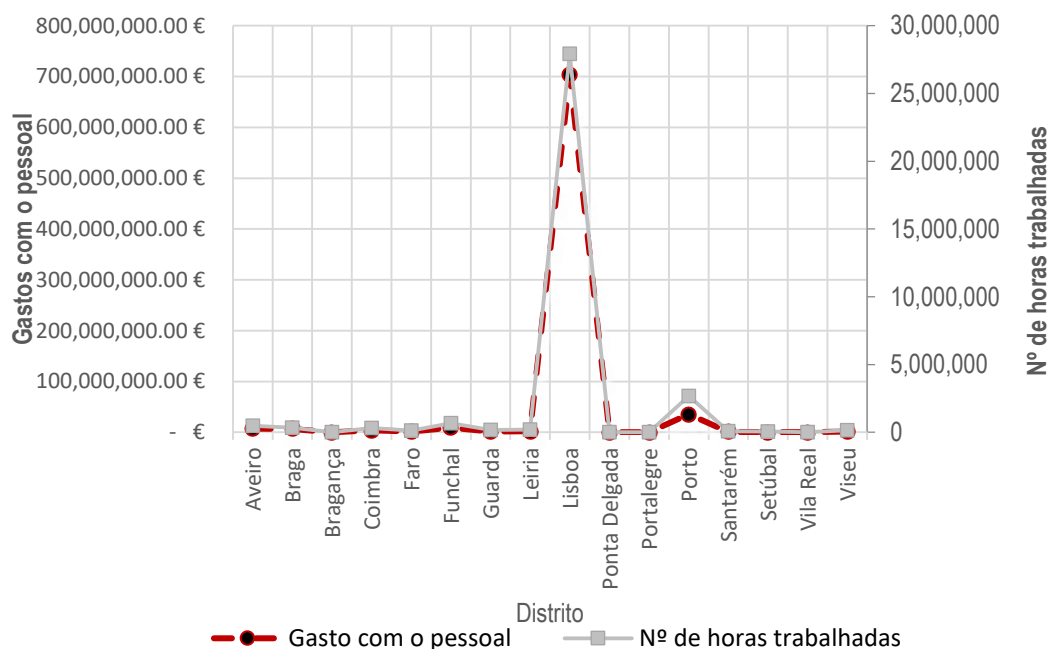
**Figura 16** - Distribuição do número de horas trabalhadas pelos empregados das SROC (somatório de todos os distritos) por ano



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de Bureau van Dijk

Os empregados das SROC do género feminino trabalham mais horas que os colaboradores do género masculino, o que acompanha a conclusão anterior de que em média existe mais empregados mulheres nas SROC.

**Figura 17 - Gasto com o pessoal VS número de horas trabalhadas**



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Semelhante à conclusão da comparação entre os gastos com o pessoal e o número de empregados das SROC, verifica-se que os gastos com o pessoal acompanham a variação do nº de horas trabalhadas por distrito. No entanto, esta variação, também, é ligeiramente inferior nos gastos com o pessoal em relação ao número de horas trabalhadas. Tal facto pode representar uma desvalorização do valor da mão-de-obra dos profissionais de auditoria.

Posto isto, calculei dois índices estatísticos de forma a perceber como é a competição no mercado de auditoria e se nele existe ou não igualdade de rendimentos entre as empresas.

### 2.3.6. Índice de *Herfindahl-Hirschman* (IHH)

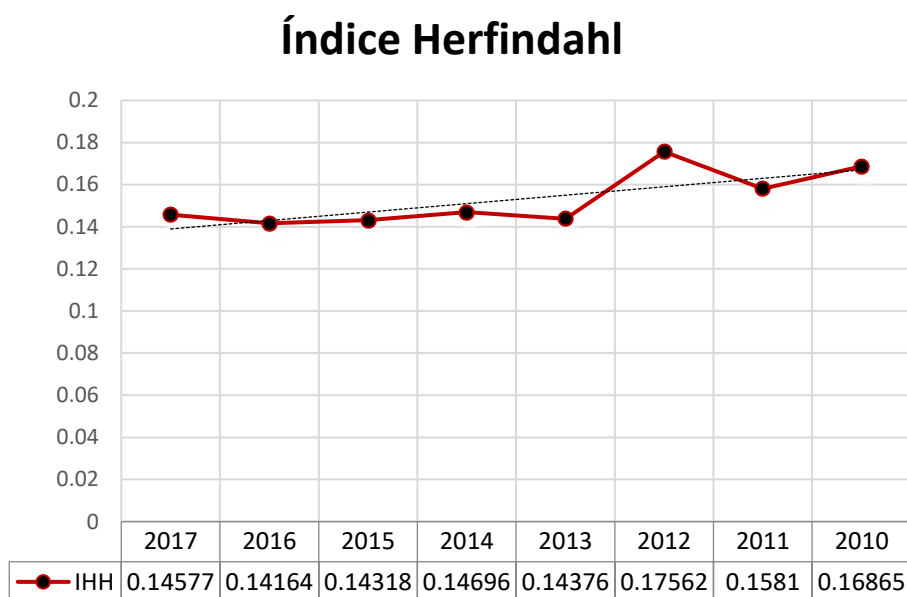
O índice de IHH é uma medida de dimensão das empresas relativamente a uma determinada indústria e um indicador de concorrência entre as empresas pertencentes a essa indústria. Define-se pela soma dos quadrados das quotas de mercado das empresas que compõe a indústria. Contendo os seguintes padrões de intervalo:

- ❖ IHH abaixo de 0.01- indica um mercado com elevada concorrência;

- ❖ IHH abaixo de 0.15- indica um mercado não concentrado;
- ❖ IHH entre 0.15 e 0.25- indica um mercado moderadamente concentrado;
- ❖ IHH acima de 0.25- indica um mercado com elevada concentração.

Neste caso, para o setor de auditoria, ou seja, para a amostra por mim selecionada, tendo por suporte o volume de negócios obtidos pela base de dados SABI de *Bureau van Dijk*, obtive o seguinte gráfico de tendências:

**Figura 18** - Evolução do IHH de 2010 a 2017



**Fonte:** Elaboração própria com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

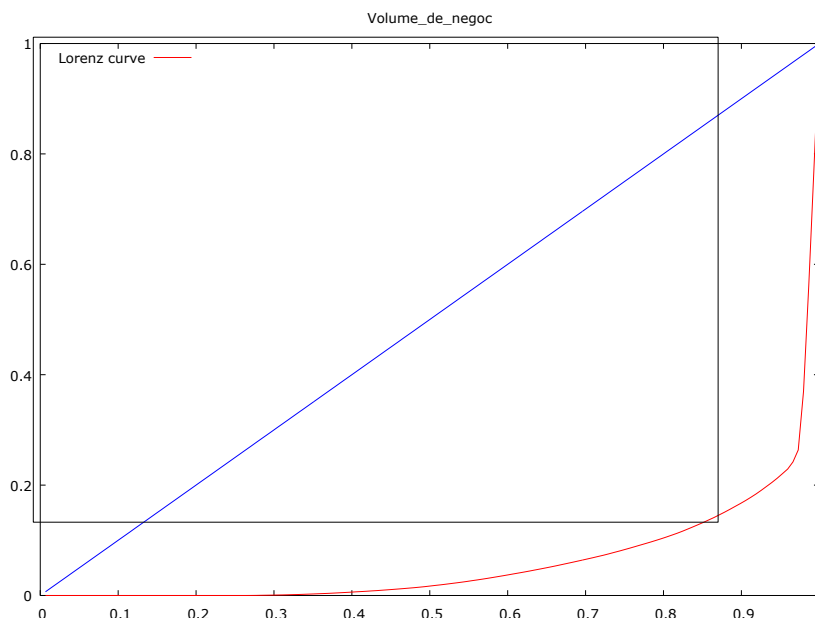
Podemos observar que o IHH tem vindo tendencialmente a diminuir desde 2010 até 2017, passando de um mercado moderadamente concentrado para um mercado não concentrado. Conclui-se, assim, que tem vindo a aumentar a concorrência entre as diversas empresas incluídas neste setor.

### 2.3.7. Coeficiente de *Gini*

O coeficiente de *Gini* é uma medida de desigualdade de rendimento de um determinado mercado. Consiste entre o 0 e 1, onde o 0 corresponde a um mercado onde há completa igualdade de rendimentos entre as empresas e 1 corresponde a um mercado onde há completa desigualdade de rendimentos entre as empresas desse setor. Calcula-se este coeficiente pelas áreas da Curva de *Lorenz*.

No caso do mercado de auditoria, ou seja, para a amostra por mim selecionada, tendo por suporte a variável volume de negócios de 2017, calculei o Coeficiente de *Gini* através do *software Gretl*, onde obtive a seguinte Curva de *Lorenz* e um coeficiente de *Gini* de valor 0.876905.

**Figura 19** - Curva de Lorenz



**Fonte:** Elaboração através do *software Gretl* com suporte à base de dados SABI de *Bureau van Dijk*

Obtido este resultado, muito próximo do valor 1, conclui-se que o setor de auditoria é um mercado onde existe elevada desigualdade de rendimentos entre as suas empresas.

#### 2.4. A sociedade de Revisores oficiais de Contas acolhedora

A entidade Telma Carreira Curado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (TCC|SROC), iniciou a sua atividade em abril de 2011, passando a partir de setembro de 2017 a ser designada por Telma Carreira Curado & Associados, Sociedade Revisores Oficiais de Contas, Lda., (TCC&A|SROC), estando inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o nº 260. A empresa possui escritórios em Portalegre, Lisboa e Leiria, presta serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria, Consultoria Fiscal e Consultoria Financeira e de Gestão em entidades públicas e privadas.

Telma Carreira Curado é sócia e gerente da sua própria SROC, tendo adquirido um admirável profissionalismo, uma vez que se licenciou em Economia pelo ISEG-UTL com

especialização em fiscalidade pelo IDEFE-ISEG e Finanças pelo INDEG-ISCTE. Com qualificação de Revisora Oficial de Contas (nº 1443) e Técnica Oficial de Contas (nº 61534). Docente em várias instituições de ensino superior, ao nível da licenciatura e mestrado, nas suas áreas de especialização. Com mais de 15 anos de experiência em consultoria fiscal, económica e financeira, o foco e determinação na defesa dos interesses de cada cliente é uma imagem de marca.

Relativamente à empresa a TCC&A|SROC visa garantir de forma independente e proactiva o acesso a informação fiável e rigorosa adequada a cada cliente, criando valor e suportando o processo de tomada de decisão.

Ainda assume como Missão:

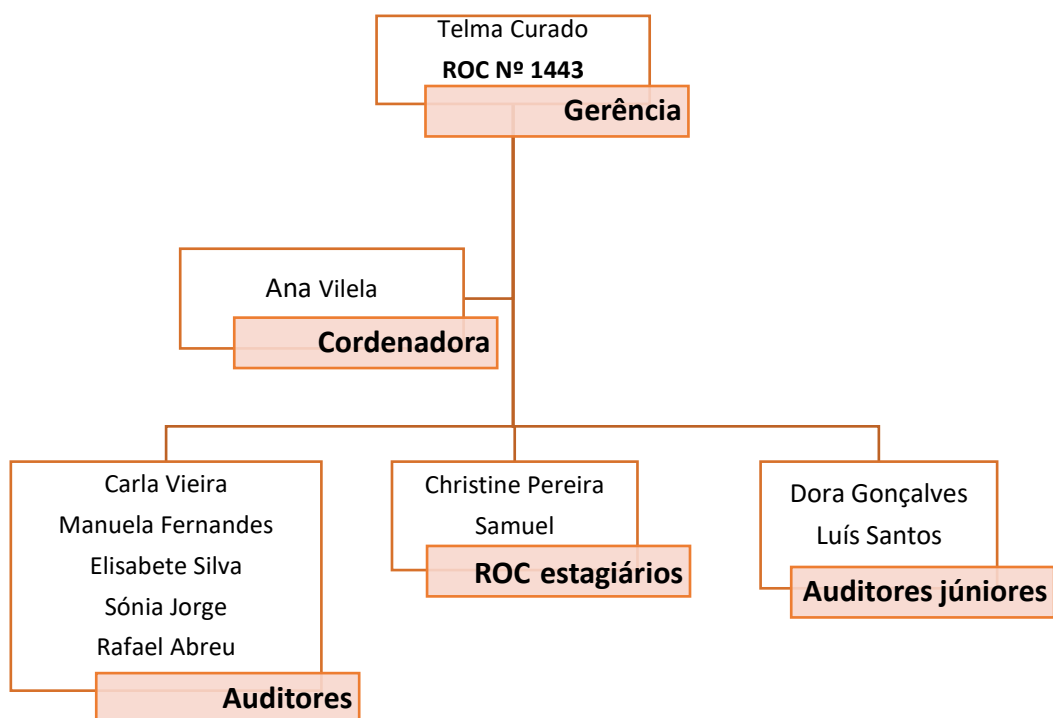
- ❖ Ser um parceiro de suporte à tomada de decisões, potenciando a criação de valor;
- ❖ Disponibilizar informação económica- financeira, fiável e tempestiva, oferecendo vantagens competitivas;
- ❖ Atualizar permanentemente as capacidades e competências, dos colaboradores, nas áreas em que atuam;
- ❖ Aplicar os conhecimentos e experiências em prol dos Clientes e da Comunidade.

#### 2.4.1. Estrutura organizacional

Pela pesquisa efetuada na base de dados SABI de *Bureau van Dijk*, a TCC&A|SROC é a única entidade em Portalegre, sendo que, em 2017, registou um volume de negócios de cerca de cinquenta mil euros, com um resultado Líquido a rondar os vinte e um mil euros e com um custo com o pessoal de três mil euros, tendo só um colaborador afeto a entidade. Atualmente a entidade alberga mais colaboradores, pelo que é uma equipa constituída por profissionais com formação multidisciplinar e com larga experiência, o que permite dar uma resposta *tailor made* nas áreas sob a competência exclusiva dos Revisores Oficiais de Contas, bem como atender aos desafios que cada dos nossos Clientes enfrenta. Sendo organizada da seguinte forma:



**Figura 20** - Organograma da TOC&A|SROC



**Fonte:** Elaboração Própria

#### 2.4.2. Os seus clientes

A carteira de clientes é vasta e diversificada, com empresas de vários ramos de atividade como: hotelaria, agricultura, instituições particulares de solidariedade social, distribuição, vinicultura, cerâmica, comunicação, informática, imobiliário, hortofrutícola, indústria, energia, gestão de participações sociais, cosmética/bem-estar, prestações de serviços, limpeza, saúde e autarquias. Atualmente, a entidade, presta serviço de revisão legal de contas a cerca de sessenta empresas.



### PARTE III - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DECORRER DO ESTÁGIO



### 3. Atividades desenvolvidas no decorrer do estágio

Nesta parte do relatório irei fazer uma descrição das atividades desenvolvidas, na empresa TCC&A|SROC, durante um total de 720 horas, distribuídas entre fevereiro a junho.

No primeiro dia, após uma breve apresentação das instalações da sociedade e dos colegas de trabalho, foi-me atribuída a tarefa de analisar respostas de circularização. Tendo sido explicado, inicialmente, o funcionamento das ferramentas informáticas de apoio ao trabalho de auditoria, organização dos papéis de trabalho, assim como a apresentação do funcionamento do dossiê corrente, permanente e de circularização. Sendo estes dossiês indispensáveis ao trabalho de auditoria, uma vez que neles constam todo o suporte do trabalho desenvolvido e que suportam a opinião final do auditor quanto à conformidade ou não das contas da entidade auditada.

O **dossiê permanente** engloba toda a informação com origem na empresa, no exterior ou no próprio auditor que é necessária em auditorias recorrentes. Este dossiê é revisto no início de cada auditoria e, eventualmente, atualizado. Podemos ver a organização deste dossiê no Anexo I.

O **dossiê corrente** contém a maioria dos papéis de trabalho e nele são arquivados os documentos que respeitam ao ano que está a ser auditado. Estando este dossiê organizado de acordo com as diversas áreas das demonstrações financeiras, podendo conter informações mais relevante do cliente, como a documentação relacionada com o planeamento, as demonstrações financeiras preparadas pelo cliente, os ajustes e reclassificações propostas pelo auditor, a Certificação Legal das Contas, o Relatório do Parecer do Fiscal Único (se aplicável), a carta de recomendações e as atas do órgão de gestão, da assembleia-geral e do conselho fiscal. Podemos ver a organização deste dossiê no Anexo II.

Por fim e não menos importante, o **dossiê de circularizações** que é onde o auditor deve arquivar toda a documentação referente ao processo de circularização, tal como a correspondência de respostas de terceiros, que posteriormente será analisada. Sendo esta um processo muito importante de auditoria.

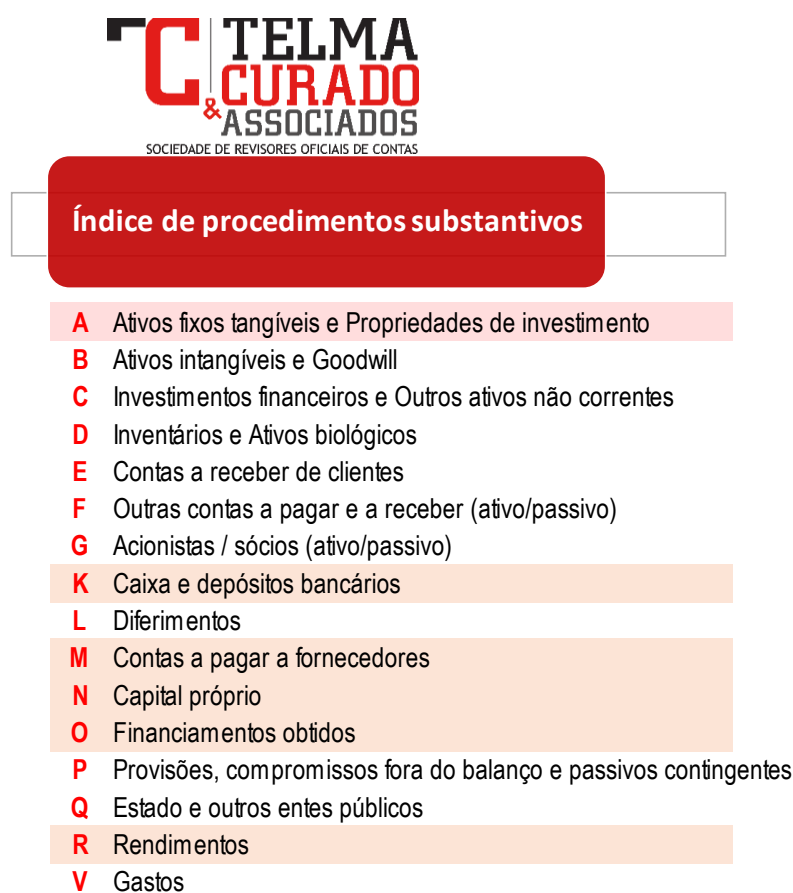
No segundo dia, foi realizada uma reunião semanal com toda a equipa, onde me foi explicado, pela Dra. Ana Vilela, auditora sénior, responsável pelo planeamento, atribuição de tarefas e supervisão do meu trabalho durante o estágio, toda a organização das atividades. Seguidamente tive uma reunião individual com a Dra. Ana onde me foi transmitido as tarefas que iria realizar na empresa, a explicação da metodologia das mesmas e os objetivos a atingir mediante a minha capacidade de aprendizagem.

Poucas semanas depois fui integrada em alguns trabalhos de revisão de contas, onde tive a oportunidade de realizar diversas tarefas. Estas tarefas começaram pelo preenchimento de papéis de trabalho de diversas áreas, uma vez que, como referi anteriormente, o meu início de estágio foi em fevereiro, que coincide com a época alta de trabalho em auditoria, ou seja, com o fecho de contas. É durante esta fase que as equipas de auditoria visitam, com mais frequência, os seus clientes, o chamado trabalho de campo, o que acabou por permitir que eu pudesse participar em algumas dessas visitas, e ter acompanhado a análise desses clientes durante o estágio.

Estas visitas eram anteriormente preparadas de modo a selecionar documentos a recolher na visita, assim como elaborar um leque de questões a esclarecer com o cliente.

Neste sentido, para uma melhor compreensão das tarefas desenvolvidas, apresento os procedimentos substantivos do Dossiê Corrente, destacando a sombreado, de seguida, as áreas em que tive uma participação direta durante o estágio, as quais descreverei de forma mais detalhada os procedimentos desenvolvidos com recurso a alguns papéis de trabalho de uma das empresas que auditei.

**Figura 21** - Organização dos procedimentos substantivos do dossiê



**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

### 3.1 Definição da Materialidade

De acordo com a ISA 320, o auditor tem a responsabilidade de aplicar o conceito de materialidade no planeamento e na realização de uma auditoria de demonstrações financeiras. A mesma ISA refere que o conceito de materialidade não é consensual, no entanto, existe alguns aspetos comuns na maioria das definições propostas, são eles:

- ❖ Considerar as distorções e omissões materiais se se espera que elas, individualmente ou em agregado, possam influenciar as decisões económicas dos utilizadores com base nas demonstrações financeiras;
- ❖ O julgamento acerca da materialidade é feito à luz das circunstâncias envolventes e são afetados pela dimensão e natureza de uma distorção.

Podemos, assim, concluir que a materialidade está depende do julgamento por parte de um auditor, que é afetado pela compreensão das necessidades de informação dos utilizadores das demonstrações financeiras. Como refere Arens et al. (2010), a finalidade de alocar o

juízo preliminar sobre a materialidade às rúbricas do balanço e da demonstração de resultados é o de ajudar o auditor a decidir sobre as provas que necessita de reunir, com a finalidade de minimizar custos da auditoria sem prejudicar a sua qualidade. Existe várias formas de alocar o juízo, mas independentemente de como é feita esta alocação, quando a auditoria é concluída, o auditor deve ter confiança de que as distorções acumuladas em todas as rubricas são inferiores ou iguais ao seu juízo preliminar (ou revisto) relacionado com a materialidade.

Contudo, enquanto estagiária, tive a oportunidade de definir a materialidade em algumas empresas com a devida supervisão de um auditor sénior. Na definição da materialidade é necessário ter em conta vários fatores, sobretudo se a auditoria é de primeiro ano ou se trata de um cliente recorrente. Um outro fator é se a Certidão Legal das Contas do ano anterior foi emitida com reservas.

No que diz respeito ao cálculo da materialidade, este pode ter por base o resultado, a margem bruta, o volume de vendas, os gastos operacionais, o capital ou o ativo.

Na TCC&A|SROC a materialidade é calculada e documentada da seguinte forma:

**Figura 22 - Papel de trabalho da definição da materialidade**

Ciente:	-		Período: 2017
Indexação:	VII.6.1		Elaborado por: DG
Procedimento:	Definição de materialidade		Revisto por:

**Cálculo da Materialidade**

**Contexto:**  
- ISA 320

A ISA 320 proporciona orientação sobre o conceito de materialidade e o seu relacionamento com o risco de revisão / auditoria.  
A materialidade deve ser considerada quando:  
- é determinada a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos de revisão / auditoria; e  
- são avaliados os efeitos das distorções identificadas.  
Um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas de um utilizador das demonstrações financeiras.  
A estimativa do que é materialmente relevante é uma questão de julgamento profissional.  
A materialidade deve ser considerada individualmente em distorções, e/ou no seu efeito acumulado.  
O revisor / auditor tem em consideração a materialidade tanto ao nível global das DF, como ao nível dos saldos de contas ou grupos de contas, às classes de transações e às divulgações.  
A estimativa da materialidade relacionadas com os saldos / grupos de contas ou classes de transações auxilia o auditor / revisor a decidir quais as rubricas a analisar e se deve, ou não, usar amostragem nos procedimentos analíticos.  
A materialidade global permite ao auditor avaliar se o efeito das distorções não corrigidas / omissões que tenha sido identificadas são, ou não, relevantes.  
Se o nível agregado das distorções identificadas e não corrigidas for considerado material, o auditor / revisor deve considerar a modalidade apropriada de certificação / relatório.  
Não se compensam distorções materialmente relevantes quando estas tenham naturezas distintas. Quando as distorções tenham a mesma natureza, a avaliação deve ser efectuada em conjunt.  
Quando mais elevada a materialidade, menor o risco de auditoria.  
A materialidade deve ser determinada na fase de planeamento e revista na fase de execução do trabalho final.

**- Alguns aspectos a ter em conta**

A estimativa da materialidade deve considerar:  
(i) **Características da entidades**  
- a natureza do negócio e o ramo de actividade;  
- os resultados das operações (rendimento insólito, margem reduzida, resultados voláteis, etc);  
- viabilidade do negócio; e  
- posição financeira.  
(ii) **Características dos leitores das DF**  
- quem são os utilizadores das DF? o que relevam? quais são as suas necessidades na tomada de decisão?  
(iii) **Risco global de auditoria e expectativa de identificação de erros/distorções materiais**  
(iv) **Nível de exposição pública e se se trata de uma entidade de interesse público (EIP)**  
Estas considerações devem não só auxiliar na definição da base utilizada para calcular a materialidade, como também devem contribuir para a determinação da % a utilizar na materialidade global e na materialidade a aplicar às contas / grupo de contas / divulgações. Sistematizam-se abaixo estas considerações.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC



**Figura 23 - Papel de trabalho da definição da materialidade (continuação)**

<b>(1) Bases para a Materialidade Global</b>			<b>- Opção -</b>	<b>- Racional de escolha -</b>
Com base em resultados		Orientação para resultados, lucro e maturidade		
Res antes de imposto			n.a.	
Res antes de gastos de financiamentos e impostos			n.a.	
Res antes de gastos de depreciações, financiamentos e impostos			n.a.	
Margem bruta			n.a.	
Com base na actividade				
Vendas e prestação de serviços / Orçamento da receita			n.a.	
Gastos operacionais / Orçamento da despesa			n.a.	
Com base em medidas de capital		Sem fins lucrativos, perdas/ break-even e start-up		
Capital próprio			n.a.	
Activo			ok	A empresa presta serviços de consultoria financeira, e o resultado líquido apurado é sempre levado em consideração pela administração pelo que constitui uma medida de avaliação e performance para os leitores das demonstrações financeiras. Neste sentido optamos pelo Activo para definição da materialidade.
<b>(2) % para a Materialidade Global</b>		Límite Min / Max	<b>- Opção -</b>	<b>- Racional de escolha -</b>
Com base em resultados				
Res antes de imposto		5% - 10%	n.a.	
Res antes de gastos de financiamentos e impostos		5% - 10%	n.a.	
Res antes de gastos de depreciações, financiamentos e impostos		2% - 5%	n.a.	
Margem bruta		1% - 4%	n.a.	
* O princípio é sempre o intervalo máximo. Justificar decisão em contrário.				
Com base na actividade				
Vendas e prestação de serviços / Orçamento da receita		0,5% - 1%	n.a.	
Gastos operacionais / Orçamento da despesa		0,5% - 1%	n.a.	
* O princípio é sempre o intervalo máximo. Justificar decisão em contrário.				
Com base em medidas de capital				
Capital próprio		1% - 5%	n.a.	
Activo		0,5% - 2%	2,00%	Trata-se de uma auditoria recorrente, pelo que não consideramos necessário aumentar a prudência na definição da materialidade global.
* O princípio é sempre o intervalo máximo. Justificar decisão em contrário.				
<b>(3) Materialidade ao nível das contas</b>		%	<b>- Opção -</b>	<b>- Racional de escolha -</b>
- Por definição		75%	75,00%	Trata-se de uma auditoria recorrente, pelo que não consideramos necessário aumentar a prudência na definição da materialidade global.
- Expectativa de distorções materiais, primeiro ano de auditoria, entidades de interesse público,		50%	n.a.	
* % sobre a Materialidade Global				
<b>(4) Diferenças de auditoria</b>		%	<b>- Opção -</b>	<b>- Racional de escolha -</b>
- Se Materialidade ao nível das contas igual a 50%		5%	5%	Por definição.
- Se Materialidade ao nível das contas igual a 75%		3%	n.a.	
* % sobre a Materialidade Global				

Fonte: Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

**Figura 24 - Papel de trabalho da definição da materialidade (continuação)**

(5) Cálculo Final

	Final			Intercalar		
	(a)	(b)	(c)=(a)*(b)	(a)	(b)	(c)=(a)*(b)
Res antes de imposto	10,00%	30 616,44 €	3 061,64 €	10,00%	- €	- €
Res antes de gastos de financiamentos e impostos	10,00%	30 237,86 €	3 023,79 €	10,00%	- €	- €
Res antes de gastos de depreciações, financiamentos e impostos	5,00%	28 030,70 €	1 401,54 €	5,00%	- €	- €
Margem bruta	4,00%		- €	4,00%	- €	- €
Vendas e prestação de serviços / Orçamento da receita	1,00%	33 900,00 €	339,00 €	1,00%	- €	- €
Gastos operacionais / Orçamento da despesa	1,00%	63 451,92 €	634,52 €	1,00%	- €	- €
Capital próprio	5,00%	1 452,86 €	72,64 €	5,00%	- €	- €
Activo	2,00%	53 940,61 €	1 078,81 €	2,00%	- €	- €

*alterar a percentagem em função da decisão tomada em (2)*

*indicadores de demonstração dos resultados - recorrer a previsões para o final do ano ou extrapolação de 12 meses*

Valores finais arredondados	Final	Intercalar
Materialidade global	1 070,00 €	
Materialidade ao nível das contas	802,50 €	
Diferenças de auditoria	53,50 €	

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Após o cálculo da materialidade, identificava as contas significativas, como podemos verificar no Anexo III.

### 3.2. Ativo Fixo Tangível (AFT)

Segundo a Norma Contabilística de Relato Financeiro 7- Ativos Fixos Tangíveis, um ativo fixo tangível só pode ser reconhecido como um ativo se for provável que fluam para a empresa benefícios económicos futuros associados a esse bem e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os AFT são ativos que permanecem na empresa por um período superior a um ano. Nesta área está incluído terrenos, edifícios, equipamento básico, equipamento de transporte, equipamento administrativo, equipamento biológico e outros ativos fixos tangíveis. Compreende, também, as respetivas depreciações ao longo da sua vida útil, tal como contempla o Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de setembro, e as imparidades acumuladas de cada ativo.

Esta é uma área que pode ser materialmente relevante para a maioria das entidades, devido ao peso que esta rúbrica tem no balanço e na Demonstração de Resultados (DR).

A análise substantiva relacionada com esta área começa por, através do balancete, identificar e comentar as principais variações do período face ao período homólogo, e/ou a ausência de variações. Quando se tratava de uma auditoria de primeiro ano efetuava procedimentos que visam concluir sobre a plenitude, existência e valorização dos saldos iniciais do AFT. Quando a auditoria era recorrente, a análise focava-se nas transações do período.

Após a revisão analítica efetuava uma reconciliação do mapa de depreciações com a contabilidade, ou seja, com a obtenção do mapa de depreciações e amortizações (Modelo 32 ou equivalente) verificava se todos os custos, as depreciações do exercício e as amortizações acumuladas se encontravam em conformidade com os dados contabilísticos, como podemos observar na figura 25:

**Figura 25 -** Papel de trabalho ATF (reconciliação do mapa de depreciações com a contabilidade)

Cliente:	-		Período:	2017
Índice:	A1		Elaborado por:	DG 12/03/2018
Procedimento:	Reconciliação de mapa de depreciações com a contabilidade		Revisto por:	

**A1 Reconciliação de mapa de depreciações com a contabilidade**

Materialidade global	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	802,50 €
Diferença de auditoria	53,50 €

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação	
				Valor	%
43	<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
	Valor bruto / Custo	59 767,63 €	59 767,63 €	- €	0%
	Depreciações acumuladas	- 17 892,32 € -	15 685,16 € -	2 207,16 €	14%
	<b>Total</b>	<b>41 875,31 €</b>	<b>44 082,47 € -</b>	<b>2 207,16 €</b>	<b>-5%</b>

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação	
				Valor	%
642	Gastos de depreciação e de amortização - AFT	2 207,16 €	2 207,16 €	- €	0%
	<b>Total</b>	<b>2 207,16 €</b>	<b>2 207,16 €</b>	<b>- €</b>	<b>0%</b>

Mapa de depreciações e amortizações: Ref#: A1.1

	Valor	Diferença
Valor bruto / Custo	59 767,63 €	- €
Depreciações acumuladas	17 892,32 €	- €
Gastos de depreciação e de amortização - AFT	2 207,16 €	- €

**Conclusões:**

Efetuámos a reconciliação entre os registos contabilísticos e a Listagem de Imobilizados sendo que não foram identificadas diferenças. Nada a reportar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Posteriormente analisava o suporte documental para as principais variações do período, ao verificar uma percentagem significativa das faturas que suportam as aquisições do ano, de modo a poder concluir sobre a plenitude e rigor dos ativos. No caso de alienações era necessário obter acordos/contratos de venda e respetivas faturas, testando o cálculo das mais/menos valias contabilísticas. No que diz respeito aos abates precisava-se obter a documentação que suporta os abates do período, certificando-se da devida comunicação à Autoridade Tributária. Caso

tivessem ocorrido reavaliações e obtinha o suporte documental adequado e recalculava a transação.

Neste caso concreto não foi verificado nenhuma variação do valor do ativo ao longo do período, pelo que a folha A2 apresenta-se da seguinte forma na figura 26:

**Figura 26 - Papel de trabalho AFT (análise de variações do período)**

<b>Cliente:</b>	-		<b>Período:</b>	2017
<b>Índice:</b>	A2		<b>Elaborado por:</b>	DG 12/03/2018
<b>Procedimento:</b>	Análise de variações do período		<b>Revisto por:</b>	

### **A2** Análise de variações do período

<b>Materialidade global</b>	1 070,00 €
<b>Materialidade aplicada às contas</b>	802,50 €
<b>Diferença de auditoria</b>	53,50 €

### **A2.1** Análise documental de aquisições, alienações e abates do ano

<b>Saldo inicial Custo - AFT</b>	59 767,63 €
aquisições	- €
alienações	- €
abates	- €
<b>Saldo final - Custo AFT</b>	59 767,63 €
<b>controlo</b>	- €

**Conclusões:**

Não existiram aquisições, nem abates, nem alienações durante o ano 2017. Nada adicional a comentar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Testava a asserção da existência, a asserção da existência e do rigor para imóveis e viaturas. No primeiro caso, era obtido diretamente do Portal da Autoridade Tributária (AT) a listagem de viaturas registadas no número de identificação fiscal (NIF) da empresa, e confrontava esses dados com a contabilidade. No segundo caso, obtinha-se o registo predial dos imóveis detidos pela empresa e a listagem de imóveis registados no Portal da AT e certificava que todos os imóveis que constam nas listagens anteriores estavam apresentados no mapa de depreciações e vice-versa.

Para validar as depreciações do período e acumuladas, ainda era revisto o mapa de depreciações e amortizações a fim de aferir sobre a consistência das taxas de acordo com o Decreto

Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro. Sendo que este procedimento permitia-me concluir sobre a asserção da valorização.

Por fim concluía-se no sentido de identificar bens obsoletos ou que apresentassem qualquer outro indício de imparidade. Era identificado, igualmente, bens totalmente depreciados que poderiam ser excluídos do mapa de depreciações por via de abate, e neste sentido fazia uma recomendação de controlo interno, sugerindo um inventário físico ao imobilizado da empresa. Posto isto testava-se as implicações fiscais ao nível das tributações autónomas.

### 3.3. Clientes

As dívidas a receber são contabilizadas pelo valor de retribuição a receber líquida de descontos comerciais e de quantidade. No entanto à data de encerramento do exercício deverá ser analisado se o referido crédito é, ou não, recuperável, e neste último caso deverá ser reconhecida a respetiva imparidade.

Tal como a generalidade das análises, iniciava-se a revisão desta área a identificar e comentar as principais variações do período, obter o balancete de clientes e a listagem de movimento de clientes em aberto e verificar se ambos se encontravam em conformidade com a informação apresentada na contabilidade. Conforme podemos verificar abaixo:

**Figura 27 - Papel de trabalho dos clientes**

Ciente:	-		Período:	2017
Índice:	E2		Elaborado por:	DG 12/03/2018
Procedimento:	Reconciliação entre o balancete de clientes e listagem de movimentos de clientes em		Revisto por:	

**E2 Reconciliação entre o balancete de clientes e listagem de movimentos de clientes em aberto com a contabilidade**

Materialidade global	✓	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	✓	802,50 €
Diferença de auditoria	✓	53,50 €

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação	
				Valor	%
211	Cientes - conta corrente	1 968,00 €	492,00 €	1 476,00 €	300%
	<b>Total</b>	<b>1 968,00 €</b>	<b>492,00 €</b>	<b>1 476,00 €</b>	<b>300%</b>

**Balancete de clientes:**

E2.1 (folha)	1 968,00 €
Diferença	- €

**Listagem de movimentos de clientes em aberto:**

E2.2 (folha)	1 968,00 €
Diferença	- €

**Conclusões:**

A reconciliação entre o balancete de clientes, a lista de movimentos em aberto e os saldos contabilísticos não apresentam nenhuma discrepância de valores. Nada a reportar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Para testar o corte de operações, analisava a faturação emitida pela empresa relativa às últimas vendas do exercício e primeiras vendas do exercício seguinte. Obtinha comprovativos de entrega de mercadorias ou de prestação de serviços, por forma a concluir se a data do registo contabilístico da transação corresponde com a data efetiva na qual terá ocorrido a transação.

Era necessário verificar a necessidade de registar novas imparidades face à ausência de expectativas de recebimento através da obtenção ou construção de um mapa de antiguidade de saldos de clientes.

Para as empresas que realizavam transações com clientes que utilizassem moeda diferente do Euro era essencial testar os saldos em aberto face à taxa de câmbio verificada com referência ao encerramento do respetivo exercício. De notar que, segundo a Norma Contabilística de Relato Financeiro 23- Os efeitos das alterações da taxa de câmbio- as dívidas expressas em moeda estrangeira são inicialmente reconhecidas à taxa de câmbio em vigor na data da

transação, e à data do balanço o valor da dívida deve ser transposto pelo uso da taxa em vigor a essa data. Devendo as diferenças de câmbio resultantes da liquidação de dívidas a taxas de câmbio diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas nos resultados do período em que ocorreram.

Era dada especial atenção a notas de crédito emitidas no ano seguinte. Verificava se as mesmas anulavam vendas do ano anterior tentando averiguar se tal situação correspondia ou não a vendas fictícias.

Um dos procedimentos substantivos mais importante, nesta área era realização do processo de circularização a clientes, por forma a testar a plenitude e o rigor dos saldos. Numa primeira fase efetuava a seleção de clientes a circularizar, com base nos seguintes critérios e atendendo ao nível de materialidade:

- ❖ Selecionando os maiores saldos no final do exercício, incluindo saldos devedores;
- ❖ Selecionando os maiores movimentos credores acumulados, independentemente do saldo final do exercício;
- ❖ Selecionando todos os saldos entre partes relacionadas.

Com isto garantia cobertura razoável face à totalidade dos saldos com clientes e características da população.

Depois de apurados os terceiros a circularizar, essa lista era enviada à empresa auditada, para posteriormente enviar a minuta de circularização (Anexo IV) aos seus clientes, com objetivo de os mesmos enviarem os seus saldos e respetivos extratos dos movimentos em aberto durante esse exercício. Esta resposta era enviada diretamente dos clientes para os auditores para posterior análise.

Aquando da receção das respostas de terceiros, eram analisados os valores dos saldos por forma a confrontar com a contabilidade. Desta análise podia concluir duas situações diferentes:

- ❖ **Resposta concordante**, quando a resposta do saldo em aberto do cliente era igual ao saldo em aberto da contabilidade e neste caso, o procedimento passava por documentar essa resposta por forma a servir de prova.
- ❖ **Resposta discordante**, quando a resposta do saldo em aberto por parte do cliente era diferente do saldo em aberto da contabilidade. Nesta situação era analisada a diferença através de procedimentos alternativos.



Por fim avaliava o impacto das respostas, nomeadamente no que respeita à plenitude de contas das dívidas a pagar por clientes e extrapolava as distorções da amostra para a totalidade da população. Sempre que os valores destes erros era superior à materialidade, o problema era reportado à empresa auditada com a finalidade de esta explicar e/ou corrigir eventuais distorções.

No entanto, quando os clientes não respondiam ao pedido de circularização ou quando estas respostas eram discordantes efetuava procedimentos alternativos. Neste caso, com a obtenção do extrato contabilístico do primeiro trimestre do ano seguinte, comprovava que os valores em dívida à data de encerramento eram pagos posteriormente e comprovava que os valores evidenciados em dívidas a receber à data de encerramento tinham os respetivos documentos de suporte, como nota de encomenda, guia de remessa ou fatura.

### 3.4. Caixa e Depósitos Bancários

Nesta rubrica o número de transações efetuadas, ao longo do ano, é normalmente maior do que qualquer outra conta das demonstrações financeiras, ou seja, trata-se de uma área onde o risco inerente é bastante alto.

Neste sentido, era importante efetuar uma revisão analítica global para comentar as principais variações, bem como a ausência de variações esperadas, das contas das classes 11 e 12.

Relativamente à conta caixa era necessário a obtenção de folhas de caixa que suportassem os montantes registados nesta rúbrica. Efetuava uma contagem de caixa com referência ao final do exercício, se por julgamento profissional, fosse entendido, que era importante garantir que o montante apresentado na contabilidade correspondesse, de facto, aos valores em caixa. Nas empresas que tive oportunidade de analisar esta rúbrica, poucas foram as entidades que solicitei folhas de caixa, uma vez que, esta rúbrica, normalmente, apresenta valores imateriais face à totalidade da mesma. Como podemos verificar na folha K2 na figura 28:

**Figura 28 - Papel de Caixa e Depósitos Bancários (caixa)**

Ciente:	-		Período:	2017
Índice:	K2		Elaborado por:	DG mar/18
Procedimento:	Caixa		Revisto por:	

**K2 Caixa**

Materialidade global	✓	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	✓	802,50 €
Diferença de auditoria	✓	53,50 €

**K2.1 Confirmação de saldos de caixa**

Conta	Descritivo	Saldo - CTB	Ref <sup>a</sup>	Saldo - Folha de caixa	Diferença	Saldo - Contagem de caixa	Diferença	Notas / Comentários
110001	Caixa A	18,45 €	K2.1.1	18,45 €	- €	- €	18,45 €	
<b>Total</b>				<b>18,45 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>18,45 €</b>	


**Conclusões:**

Não efetuamos contagem de caixa no entanto o montante apresentado é abaixo da diferença de auditoria. Nada de adicional a comentar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

No que diz respeito aos depósitos bancários, era necessário obter, para todas as instituições bancárias nas quais a empresa dispõe de contas de depósito à ordem e depósitos a prazo (caso existam), respostas ao pedido de confirmação externa de dados de saldos, poderes de movimentação e outras informações relevantes. Uma vez que os montantes que as entidades bancárias cobram pela resposta à circularização são elevados, apenas se realizava este procedimento, na totalidade, para as entidades do setor não lucrativo e para as empresas privadas obtinha-se confirmação externa apenas de um banco (aquele em que a empresa tinha maior saldo). Para os restantes saldos realizava procedimento alternativo através da obtenção de todas os extratos bancários e reconciliações bancárias para o mês correspondente ao fecho do exercício, e confirmava se os saldos bancários aí considerados correspondiam. Este procedimento alternativo é documentado na folha K4 do papel de trabalho, tal como podemos ver na figura 29:

**Figura 29 - Papel de Caixa e Depósitos Bancários (Reconciliação Bancária)**

Ciente:	-		Período:	2017
Índice:	K4		Elaborado por:	DG mar/18
Procedimento:	Reconciliações bancárias		Revisto por:	

<b>K4</b>	<b>Reconciliações bancárias</b>
-----------	---------------------------------

Materialidade global	✓	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	✓	802,50 €
Diferença de auditoria	✓	53,50 €

<b>K4.1</b>	<b>Análise de reconciliações bancárias</b>
-------------	--

Células com fórmulas

Conta	Descrição	ReF - Extrato bancário	Saldo - Extrato bancário (1)	Valores em aberto o banco (registados na CTB) a Débito (2)	a Crédito (3)	Total (2)-(3)=4	Valores em aberto na CTB (registados no Banco) a Débito (5)	a Crédito (6)	Total (5)-(6)=7	Saldo - CTB	Saldo final CTB (1)-(4)=(7)	Controlo	ReF - Reconciliação	Notas / Comentários
120001	BPI- 9-4923152-000-001	K4.1.1	8 282,24 €			- €			- €	8 282,24 €	8 282,24 €	- €	K4.1.2	Nota 1
			8 282,24 €	- €	- €		- €	- €		8 282,24 €	8 282,24 €	- €		

**Nota 1** Não existem valores em aberto entre os registos contabilísticos e o saldo do extrato bancário.

<b>Conclusões:</b>
Após análise das reconciliações bancárias e dos extratos bancários, verificámos que não existem valores em aberto entre os registos contabilísticos e o saldo do extrato bancário. Nada de adicional a comentar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Através do *site* do Banco de Portugal, obtinha, também, a base de dados de contas do cliente de modo a testar a asserção da existência e asserção da plenitude das contas bancárias em nome da sociedade.

Para outros depósitos bancários obtinha-se a lista de todos os depósitos a prazo detidos pela entidade, confirmava-se se os saldos bancários correspondiam aos saldos que constam na contabilidade e aferia-se sobre a taxa de juro e o valor dos juros obtidos no ano, por forma a concluir sobre a asserção ao corte e à valorização das operações.

### 3.5. Capital Próprio

O capital próprio de cada empresa foi uma das áreas que menos analisei. No entanto, por ser uma área muito importante para cada empresa foi-me explicado, ao pormenor, todo o processo.

Inicialmente elaborava-se um mapa de movimentos do período nas várias rúbricas de capital, tendo de ser todos eles devidamente justificados, nomeadamente por deliberação em assembleia geral de acionistas/Sócios. Como podemos verificar na folha N1 na figura 30.

**Figura 30 - Papel de trabalho Capital Próprio**

Ciente:	-		Período:	2017
Índice:	N1		Elaborado por:	DG mar/18
Procedimento:	Capital, Reservas e Resultados Transitados		Revisto por:	

**N1 Capital, Reservas e Resultados Transitados**

Materialidade global	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	802,50 €
Diferença de auditoria	53,50 €

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação	
				Valor	%
51	Capital social	140 000,00 €	140 000,00 €	- €	0%
55	Reservas	546,67 €	546,67 €	- €	0%
56	Resultados transitados	- 110 601,76 €	- 50 503,91 €	60 097,85 €	119%
81	Resultados líquido do exercício	- 31 397,77 €	- 60 097,85 €	28 700,08 €	-48%
<b>Total</b>		<b>- 1 452,86 €</b>	<b>29 944,91 €</b>	<b>- 31 397,77 €</b>	<b>-105%</b>

**Comentários de revisão analítica:**

A variação ocorrida deve-se, integralmente, à diminuição dos Resultados T transitados. Nada a reportar.

**N1.1 Mapa de movimentos do período**

Conta	Descrição	31/12/2016	Aplicação do RLE 2016	Distribuição de dividendos	Outras variações	RLE de 2017	31/12/2017	Notas / Comentários
51	Capital social	140 000,00 €					140 000,00 €	Nota 2
52	Ações próprias						- €	....
53	Outros instrumentos de capital próprio						- €	....
54	Prémios de emissão						- €	....
551	Reservas legais	546,67 €					546,67 €	....
552	Outras reservas						- €	....
56	Resultados transitados	- 50 503,91 €					- 50 503,91 €	Nota 1
57	Ajustamentos em ativos financeiros						- €	....
58	Excedentes de revalorização						- €	....
59	Outras variações no capital próprio						- €	....
81	Resultado líquido do exercício	- 60 097,85 €				- 31 397,77 €	- 91 495,62 €	....
<b>Total</b>		<b>29 944,91 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- 31 397,77 €</b>	<b>- 1 452,86 €</b>	
							<b>0,00 €</b>	

**Nota 1** Conforme deliberação ata n.º 16, segundo a qual o resultado do exercício de 2016 será transferido na íntegra para resultados transitados.

Ref: **N2.1.1** acta de assembleia geral n.º 16

**Conclusões:**

Os movimentos do período encontram-se devidamente suportados pelas atas, pelo que não há qualquer assunto de auditoria reportar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Nesta rubrica em análise verificava algumas disposições legais aplicáveis, nomeadamente as que decorrem do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que se refere à perda de metade do capital de entidade, ou seja, a empresa considera que está perdida metade do capital social quando o capital próprio constante do balanço do exercício for igual ou inferior a metade do capital social. Podendo observar esta situação, no exemplo a seguir:

**Figura 31 - Papel de trabalho Capital Próprio**

<b>N1.2 Cumprimento de disposições legais</b>			
<b>Perda de metade do capital</b>			
Capital próprio	✓	1 452,86 €	<b>Conclusões:</b> Está perdida metade do Capital Social. <b>Outras Matérias na CLC de 2017</b>
50% Capital social	✓	70 000,00 €	
Diferença	✓	71 452,86 €	
<i>se &lt; 0 »» Considera-se perdida metade do capital social</i> <i>se &gt; 0 »» Nada a reportar</i>			

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Nesta situação estamos perante um assunto de auditoria a reportar em Outras Matérias na Certidão Legal das Contas, uma vez que no ano anterior foi constituída uma ênfase pelos mesmos motivos. Cumulativamente fui obtendo prova que coloca em questão a continuidade da entidade, nomeadamente o facto de 40% da atividade ser suportada por suprimentos.

A perda de capital pode ter várias causas, nomeadamente em virtude de prejuízos resultantes da exploração normal da empresa. Como esta situação não está prevenida no regime de intangibilidade do capital social, uma vez que este só proíbe a diminuição do capital social em resultado da distribuição aos sócios, a generalidade dos ordenamentos jurídicos europeus consagrou um regime que visa regular a perda grave (expressão utilizada pela Segunda Diretiva, art.º 17) do capital social, independentemente da causa.

No espaço comunitário, afirmam-se dois modelos distintos relativamente ao regime jurídico aplicável em caso de perda grave do capital social.

Segundo Abreu (2010), temos o primeiro sistema, conhecido como o modelo francês que tem subjacente a ideia de que o regime de capital social visa sobretudo proteger e acautelar interesses de terceiros, pelo que compete aos sócios tomar as medidas necessárias de forma a não afetar a confiança destes, pretendendo que o valor do capital social corresponda (pelo menos, no limiar legalmente estabelecido) ao património líquido da sociedade e assim garantir os créditos com terceiros. No entanto, como se considera que em causa estão os interesses de credores, admite-se também que estes possam pedir a dissolução da sociedade quando os sócios

não adotam medidas de recuperação financeira da sociedade. No segundo sistema, também conhecido como o modelo germânico, a única obrigação associada à perda grave do capital social é de administração dar a conhecimento da situação aos sócios, e apenas a estes. Aqui entende-se que este regime não visa proteger terceiros (estes estarão protegidos através do regime estabelecido para o caso de insolvência) mas os próprios sócios contra a situação da sociedade, que, a manter-se, poderá acarretar para eles a perda da totalidade do valor das entradas que realizaram e entregaram à sociedade.

Uma outra disposição legal que é analisada pelo auditor é a que consta no artigo 295º do Código das sociedades comerciais que fala sobre a constituição da Reserva Legal. Primeiro, para que possa existir constituição da reserva é necessário que o resultado líquido do exercício anterior seja positivo. Uma vez verificada esta primeira condição, então o código refere que a parte destinada à constituição obrigatória da reserva legal é uma percentagem não inferior a 5% dos lucros da sociedade, até que represente a 20% do capital social.

Ainda merece especial atenção, por parte do auditor, a distribuição de dividendos, disposição legal que consta no artigo 33º do Código das Sociedades Comerciais, referindo os lucros e reservas que não são distribuíveis. Ou seja, a distribuição de dividendos só deve ser efetuada se não houver Resultados Líquidos negativos em N-1, uma vez que o código refere que não podem ser distribuídos aos sócios os lucros do exercício que sejam necessários para cobrir prejuízos transitados ou para formar ou reconstituir reservas impostas por lei ou pelo contrato de sociedade.

Solicitava aos clientes todas as atas de reuniões de assembleia geral e conselho de administração redigidas durante o ano em análise, assinada por todos os acionistas/sócios de modo a validar a asserção da existência, ocorrência e plenitude.

A certidão comercial da empresa atualizada é um documento fundamental na análise desta rubrica, uma vez que a sua análise permite identificar registos e deliberações que possam não ter sido devidamente contabilizadas pela empresa. Esta análise documenta-se conforme abaixo:

**Figura 32 -** Papel de trabalho do capital: Verificação da certidão de registo comercial da empresa

Cliete:	-		Período:	2017
Índice:	N3		Elaborado por:	DG mar/18
Procedimen to:	Verificação da certidão de registo comercial da empresa		Revisto por:	

### **N3** Verificação da certidão de registo comercial da empresa

Materialidade global	✓	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	✓	802,50 €
Diferença de auditoria	✓	53,50 €

#### **N3.1** Certidão comercial

Ref<sup>o</sup> **N3.1.1**

Obtivemos a certidão permanente atualizada e verificámos que nela não consta qualquer registo que devesse ter sido registado na contabilidade. Nada a reportar.

Validade da certidão: 22 de Novembro de 2018

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Quando uma empresa é auditada pela primeira vez, é fundamental a obtenção do pacto social e estatutos da sociedade que posteriormente era documentada no dossiê permanente do cliente. Caso fosse um cliente recorrente, indagava o mesmo sobre alterações dos estatutos e pacto social, facto que se confirma com as atas de assembleia geral mencionadas anteriormente.

### 3.6. Financiamentos Obtidos

Nesta rúbrica é analisado financiamentos externos com origem em operações de natureza financeira, ou seja, recursos monetários não provenientes do ciclo de exploração da empresa. Esta área apresenta um risco de auditoria relativamente baixo, devido ao facto de a regularidade de ocorrerem novos empréstimos ser baixa e existir a intervenção de instituições financeiras, logo a qualidade de prova fornecida é alta, aplicando o procedimento de circularização.

Na análise aos financiamentos obtidos, logo depois de elaborar o comentário de revisão analítica, questionava sobre a existência de novos contratos, assim como, novas responsabilidades desta natureza.

**Figura 33 - Papel de trabalho dos financiamentos obtidos**

Cliente:	-		Período:	2017
Índice:	01		Elaborado por:	DG 01/03/2018
Procedimento:	Revisão analítica e obtenção de prova de auditoria relativa às principais variações		Revisto por:	

**01 Revisão analítica e obtenção de prova de auditoria relativa às principais variações**

Materialidade global	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	802,50 €
Diferença de auditoria	53,50 €

Conta	Descrição	Variação			
		31/12/2017	31/12/2016	Valor	%
253	Participantes de capital	- 37 400,00 €	- 1 925,00 €	35 475,00 €	1843%
	<b>Total</b>	<b>- 37 400,00 €</b>	<b>- 1 925,00 €</b>	<b>35 475,00 €</b>	<b>1843%</b>

**Comentários de revisão analítica:**

Tal como em 2016, a empresa não recorreu a qualquer financiamento, conforme podemos verificar no Mapa de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, devidamente documentado 01.1. A variação ocorrida deve-se às dificuldades de tesouraria sentidas pela empresa conforme análise aos resultados da empresa em N.Nada de adicional a comentar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Se existissem novos financiamentos externos obtinha a documentação de suporte.

De modo a validar a asserção da plenitude e valorização de financiamentos obtidos, na maioria das empresas que tive oportunidade de analisar procedi à análise do Mapa de Responsabilidade de Crédito do Banco de Portugal, efetuando a reconciliação entre os valores presentes no mapa e os saldos da contabilidade. Quando era identificadas discrepâncias entre os valores da contabilidade e do mapa, solicitava ao cliente os devidos esclarecimentos.

Nesta área, também, procedi à revisão da apresentação dos financiamentos obtidos nas respetivas rúbricas de passivo, mediante o período expectável de liquidação, sendo classificado como passivo corrente ou não corrente, e se estes estavam bem divulgados nas demonstrações financeiras.


### 3.7. Gastos

Na rúbrica Gastos estão incorporadas subcontas com elevada importância no apuramento do resultado do exercício, podendo estar sub ou sobre valorizada com o objetivo de manipulação de resultados. Neste sentido, é necessário testar a valorização e o corte de operações, verificando se todos os gastos incorridos se encontram registados pelo valor correto e no período a que respeitam. Sendo, assim, considerada uma rúbrica materialmente relevante.



Na análise nesta rúbrica começava com uma revisão analítica, comentando as variações mais representativas ou a ausência de variações esperadas, tal como podemos observar no papel de trabalho seguinte:

**Figura 34 - Papel de trabalho dos Gastos**

Ciente:	-		Período:	2017
Índice:	V		Elaborado por:	DG mar/18
Procedimento:	Gastos		Revisto por:	

<b>V0</b>	<b>Revisão analítica global</b>
-----------	---------------------------------

Materialidade global	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	802,50 €
Diferença de auditoria	53,50 €

Conta	Descrição			Variação		Contas significativas	Notas/ Ref.
		31/12/2017	31/12/2016	Valor	%		
61	CMVMC	- €	- €	- €	#DIV/0!		V61
62	Fornecimentos e serviços externos	26 356,76 €	43 068,90 € -	16 712,14 €	-39%	Conta Significativa	V62
63	Gastos com o pessoal	36 964,73 €	41 101,76 € -	4 137,03 €	-10%	Conta Significativa	V63
64	Gastos de depreciação e amortização	2 207,16 €	2 207,16 €	- €	0%	Conta Significativa	V64
65	Perdas por imparidade	- €	- €	- €	#DIV/0!		V65
66	Perdas por redução de justo valor	- €	- €	- €	#DIV/0!		V66
67	Provisões do período	- €	- €	- €	#DIV/0!		V67
68	Outros gastos e perdas	130,43 €	504,25 € -	373,82 €	-74%		V68
69	Gastos e perdas de financiamento	378,58 €	244,26 €	134,32 €	55%		V69
<b>Total</b>		<b>66 037,66 €</b>	<b>87 126,33 € -</b>	<b>21 088,67 €</b>	<b>-24%</b>		

**Comentários de revisão analítica:**

No cômputo geral, a rúbrica de gastos diminuiu cerca de 21.088,67 € face ao período homólogo, o que em percentagem traduz uma oscilação de 24% face a esse período.  
A rúbrica mais significativa para esta variação foi a de Fornecimento e serviços externos que diminuiu cerca de 16.712,14 €. Sendo que a variação ocorrida deve-se sobretudo a redução de actividade da empresa. Nada a reportar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

No passo seguinte, analisava as subcontas da rúbrica Gastos, dando especial enfoque ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal.


### 3.7.1. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Neste papel de trabalho efetuava unicamente um comentário de revisão analítica, uma vez que o cálculo do custo de mercadorias vendidas era testado no papel de trabalho dos Inventários e Ativos Biológicos.

### 3.7.2. Fornecimento e serviços externos

Nesta subconta como primeiro procedimento decompunha o FSE por subcontas de quatro dígitos e posteriormente fazia um comentário de revisão analítica detalhada, como se pode observar no exemplo a seguir:

**Figura 35 - Papel de trabalho dos Gastos: Fornecimento e Serviço Externos**

Ciente:	-		Período:	2017
Índice:	V62		Elaborado por:	DG mar/18
Procedimento:	Fornecimentos e serviços externos		Revisto por:	

<b>V62</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>
------------	--

Materialidade global	1 070,00 €
Materialidade aplicada às contas	802,50 €
Diferença de auditoria	53,50 €

Conta	Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Variação		Contas significativas	Notas/ Ref.
				Valor	%		
6221	Trabalhos especializados	5 200,35 €	3 929,70 €	1 270,65 €	32%	Conta Significativa	#1
6223	Vigilância e segurança	272,00 €	37,20 €	234,80 €	631%		#2
6224	Honorários	504,16 €	- €	504,16 €	#DIV/0!		
6226	Conservação e reparação	397,55 €	88,08 €	309,47 €	351%		#3
6227	Serviços bancários	200,38 €	439,91 € -	239,53 €	-54%		
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápi	711,47 €	508,12 €	203,35 €	40,02%		#4
6232	Livros e documentação técnica	103,75 €	- €	103,75 €	#DIV/0!		
6233	Material de escritório	499,65 €	188,74 €	310,91 €	164,73%		#5
6238	Outros	94,20 €	137,39 € -	43,19 €	-31,44%		
6241	Electricidade	1 224,48 €	1 291,35 € -	66,87 €	-5,18%	Conta Significativa	#6
6243	Água	256,02 €	285,53 € -	29,51 €	-10,34%		
6251	Deslocações e estadas	744,78 €	7 424,44 € -	6 679,66 €	-89,97%		
6252	Transportes de pessoal	- €	29,40 € -	29,40 €	-100,00%		
6254	Estacionamento	686,40 €	677,90 €	8,50 €	1,25%		
6261	Rendas e alugueres	11 376,00 €	18 876,00 € -	7 500,00 €	-39,73%	Conta Significativa	#7
6262	Comunicação	3 470,25 €	3 378,10 €	92,15 €	2,73%	Conta Significativa	#8
6263	Seguros	218,30 €	4 847,95 € -	4 629,65 €	-95,50%		
6265	Contencioso e notariado	350,00 €	360,00 € -	10,00 €	-2,78%		
6266	Despesas de representação	- €	47,60 € -	47,60 €	-100,00%		
6267	Limpeza, higiene e conforto	47,02 €	521,49 €	474,47 €	-90,98%		
<b>Total</b>		<b>26 356,76 €</b>	<b>43 068,90 € -</b>	<b>16 712,14 €</b>	<b>-38,80%</b>		
controlo		- €	- €				

**Comentários de revisão analítica:**

Globalmente, a empresa, em 2017, incorreu em menos gastos operacionais face a 2016 no montante de 16,712,14 €.

Esta variação deve-se, sobretudo, ao recurso de menos deslocações e estadas e das rendas e alugueres.

Nada de adicional a comentar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Posteriormente seleccionava as subcontas de quatro dígitos que eram consideradas significativas, ou seja, que o valor do saldo é superior à materialidade aplicada às contas. Depois de seleccionar as contas significativas procedi à seleção dos documentos através de uma

análise aos extratos contabilísticos, para recolher aquando a visita ao respetivo cliente. No fim de obter estes documentos analisava cada um individualmente e documentava no papel de trabalho, testando a plenitude, valorização e corte. De seguida podemos observar um exemplo de uma parte do papel de trabalho onde é documentado especificamente a subconta Material de Escritório:

**Figura 36 - Papel de trabalho dos Gastos: Material de Escritório**

Material de escritório					Análise documental						
Conta	N.º de diário	N.º de documento	Data	Valor	Doc	Fornecedor	Valor	Data	N.º Fatura	Período de Refº	Notas/Comentários
62331 - Material de	70	20001	28/02/2017	111,93 €	V62.5.1	FNAC	111,93 €	25/02/2017	-	fev/17	
62331 - Material de	32	30020	31/03/2017	172,16 €	V62.5.2	FNAC	172,16 €	13/03/2017	203912	mar/17	
62331 - Material de	32	80012	31/08/2017	116,42 €	V62.5.3	FNAC	116,42 €	09/08/2017	8316	ago/17	
62331 - Material de	32	80013	31/08/2017	36,91 €	V62.5.4	Americana Papel	36,91 €	09/08/2017	1702502	ago/17	
62331 - Material de	32	90017	30/09/2017	31,77 €	V62.5.5	FNAC	31,77 €	06/09/2017	212950	set/17	
62331 - Material de	32	110021	30/11/2017	17,62 €	V62.5.6	FNAC	17,62 €	05/11/2017	11387	nov/17	
				486,81 €			17,62 €				

97% % analisada

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

No entanto, as subcontas de gastos, em empresas de maiores dimensões, podem apresentar inúmeras transações, pelo que a seleção de documentos pode ser dificultada. Neste caso, existem técnicas que permitem ao auditor diminuir o número de documentos a selecionar, transmitindo segurança na análise. As técnicas que eu frequentemente utilizei, eram:

- ❖ A análise documental de percentagem significativa de documentos, que consistia em selecionar um leque de documentos segundo o julgamento profissional, para que o somatório do valor desses documentos representasse uma percentagem superior a cinquenta por cento.
- ❖ O “*quick proof test*”, técnica que utilizava quando existia inúmeros custos constantes. Consistia em analisar apenas uma fatura e multiplicava o valor em análise pelo número de meses nos quais este custo se repetia no ano, sendo que se considerava que todos os custos constantes se repetiam em todos os meses do ano;
- ❖ A tipificação, técnica que utilizava para contas cujas transações são de reduzido valor mas em muita quantidade. Consistia em escolher 10 documentos que representavam a população dos gastos aí registados.

### 3.7.3. Gastos com o pessoal

Na generalidade das empresas, esta é uma área muito importante, uma vez que as remunerações, encargos sobre remunerações e outros gastos com o pessoal representam uma grande parte do total de gastos das empresas, e por isto o auditor tende a definir uma materialidade baixa com o objetivo de correr um risco de distorção baixo.

Na análise a esta rúbrica começava por apresentar os saldos das subcontas desta e posteriormente fazia um comentário de revisão analítica. De seguida solicitava o processamento de salários para o acumulado do ano, ou para dois meses selecionados aleatoriamente, por forma a proceder à reconciliação destes com a contabilidade. Procedimento que podemos verificar a seguir:

**Figura 37 - Papel de trabalho de gastos com o pessoal (reconciliação entre o processamento de salários com a contabilidade)**

**V63.1 Reconciliação entre o processamento de salários com a contabilidade**

Ref: Processamento de salários

VB63.1.1

Rubrica	Processamento de salários	Conta	Contabilidade	Diferença	Notas / Comentários
Vencimentos base	20 645,54 €	6211 + 6321	20 645,54 €	- €	
Deslocações em Viatura Própria KM	6 623,64 €	...	6 623,64 €	- €	
Subsidio de alimentação	2 275,95 €	...	2 275,95 €	- €	
Subsidio Ferias	1 509,09 €	...	3 509,09 €	2 000,00 €	estimativa de ferias
Subsidio Natal	1 591,94 €	...	1 591,94 €	- €	
	32 646,16 €		34 646,16 €	2 000,00 €	

**Nota:**

Na impossibilidade de realizar este teste para os valores acumulados do ano, efetue para 2 meses do ano selecionados aleatoriamente.

**Conclusões:**

Efetuamos a reconciliação entre o processamento de salários com a contabilidade e verificámos que a diferença encontrada refere-se à estimativa de férias. Nada adicional a reportar.

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Nesta reconciliação validamos a existência, plenitude e exatidão. Nesta etapa solicitava, também, a lista de colaboradores, as declarações mensais de remuneração e comprovativo de pagamento de salários.

Na etapa a seguir procedia ao recálculo dos encargos com as remunerações, verificando as rúbricas sujeitas a segurança social, por forma a validar a plenitude e rigor dos mesmos, conforme abaixo:

**Figura 38 - Papel de trabalho de gastos com o pessoal (teste à segurança social)**

**V63.2 Teste à segurança social**

Conta	Rubrica	Valor
Vencimentos base	...	20 645,54 €
Subsidio Ferias	...	3 509,09 €
Subsidio Natal	...	1 591,94 €
Estimativa ferias		- €
Estagio IEFP		- €
		25 746,57 €

isento de seg. social para a entidade

Segurança social - Entidade empregadora	23,75%
Gasto do exercício	6 114,81 €
Diferença -	5,40 €

**Conclusões:**

Efetuámos o teste à segurança social e verificamos que a diferença encontrada é inferior à definida como diferença de auditoria. Nada de adicional a reportar

**Fonte:** Papéis de trabalho da TCC&A|SROC

Por fim, ainda analisava documentalmente os gastos que não decorriam do processamento de salários.



## Conclusões

---

Com a realização do presente relatório, com a finalidade de obtenção de grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, consegui alcançar os objetivos, por mim inicialmente propostos.

Numa primeira fase, na análise aos conteúdos teóricos sobre a evolução da Auditoria Financeira realço a atual discussão pública de um anteprojeto, por parte da CMVM, abrangendo alterações ao Estatuto do Revisores Oficiais de Contas, à Lei 148/2015, de 9 de setembro e ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, contido nesta última Lei. Relativamente ao estudo das teorias explicativas de auditoria, pude concluir que a teoria explicativa mais completa é a teoria da agência, muito embora, a teoria da informação, na vertente de credibilização da informação financeira, pode ter valor explicativo nas típicas empresas portuguesas (empresas familiares) sujeitas a auditoria legal.

Numa segunda parte, com a elaboração da análise à Profissão de ROC em Portugal pude perceber que, atualmente, existe 1409 Revisores oficiais de Contas, maioritariamente com idades compreendidas entre os 35 anos e os 45 anos, sendo que independentemente da idade existe mais profissionais do género masculino do que feminino.

No que diz respeito à análise ao mercado de auditoria em Portugal pude perceber como este mercado está organizado, concentrando-se setenta e cinco por cento das SROC nos distritos Lisboa e Porto. Com o estudo da variável Gastos com o pessoal das SROC, relacionando com a distribuição do número de empregados das SROC e com o número de horas trabalhadas, pude concluir que estes dois últimos tem valores superiores aos valores dos gastos com pessoal, o que pode indicar uma desvalorização da mão-de-obra da profissão de auditor.

Utilizando o IHH e o Coeficiente de Gini conclui que o setor de auditoria é, atualmente, um mercado não concentrado, onde existe elevada desigualdade de rendimentos entre as Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Percebendo a importância dos conceitos teóricos adquiridos na disciplina de auditoria e ao longo do estágio, foi na prática que realmente surgiram os grandes desafios. O contacto com os diversos setores de atividade e áreas de negócio, ao longo do estágio, geraram constante adaptação a novas matérias e desafios laborais. Não esquecendo, sobretudo, que o grande

objetivo da auditoria é emissão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras e se estas se apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade.

Os procedimentos substantivos a realizar e as rubricas podem variar de empresa para empresa, o que me obrigou a uma panóplia de análises distintas e exigentes ao longo do estágio, sendo o trabalho, em si, bastante longo e complexo.

Fazendo uma análise a estes quatro meses de estágio, reconheço o valor que o mesmo teve para a minha formação, sendo que se pudesse retroceder ao momento, aquando a minha decisão de estágio na área de auditoria, faria exatamente a mesma escolha. Tendo as minhas expectativas sido alcançadas com sucesso, sendo elas:

- ✓ Desenvolver as minhas capacidades pessoais de comunicação;
- ✓ Trabalho sob pressão;
- ✓ Contacto com o mundo empresarial;
- ✓ Trabalho em equipa;
- ✓ Organização; e
- ✓ Gosto pela área.

Chega, assim, ao fim mais uma etapa do meu percurso académico. Um percurso difícil e exaustivo, mas muito enriquecedor, tanto a nível profissional como pessoal, uma vez que a profissão de auditoria requer um conhecimento profundo de várias áreas e formação multidisciplinar.

Posto isto, creio que a realização deste estágio teve um papel importante no meu futuro laboral!



## Referências Bibliográficas

---

- Abreu, C. (2010). *Código das Sociedades Comerciais em comentário- Volume I*. 1º Edição, Edições Almedina. Coimbra.
- Almeida, B. (2017). *Manual de Auditoria Financeira - Uma análise integrada baseada no risco*. 2º Edição, Escolar Editora. Lisboa.
- Arens, A., et al. (2010). *Auditing & Assurance services*. 15º Edição. Prentice Hall.
- Costa, C. (2017). *Auditoria Financeira Teoria & Prática*. 11º Edição, Rei dos Livros.
- Knechel (2011). *Auditing: Assurance & Risk*. 2º Edição. South-Western.
- Laughlin, R. (1990). *A model of financial accountability and the Church of England, Financial, accounting and management*.
- Power, M. (1997). *Audit society- rituals of verification*. University Press, Oxford.
- Wallace, W. (1980). *The economic role of the audit in free regulated markets*. University of Rochester, New York.

### **Lista de legislação consultada**

- Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de Setembro, Código das Sociedades Comerciais: Artigo 33º- Lucros e reservas não distribuíveis.
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de Setembro, Código das Sociedades Comerciais: Artigo 35º- Perda de metade do capital.
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de Setembro, Código das Sociedades Comerciais: Artigo 262º- Fiscalização.
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de Setembro, Código das Sociedades Comerciais: Artigo 295º- Reserva legal.
- Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro- Estabelece um novo enquadramento jurídico em matéria de depreciações e amortizações.
- Diretiva 2014/56 EU de 16 de abril, Jornal Oficial da União Europeia.
- Diretiva 77/91/CEE do Conselho de 13 de Dezembro de 1976 - "Segunda Directiva".
- ISA: 200- Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

ISA: 320- Materialidade no Planeamento e Execução de uma Auditoria.

Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro- Regime Jurídico da Supervisão da Auditoria.

Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro- Estatutos dos Revisores Oficiais de Contas.

Norma Contabilística de Relato Financeiro 7- Ativos Fixos Tangíveis.

Norma Contabilística de Relato Financeiro 23- Os efeitos das alterações da taxa de câmbio.

Regulamento n.º 537/2014 de 16 de abril, Jornal Oficial da União Europeia.

### **Lista de *sites* consultados**

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Consulta pública n.º 8/2018 – Anteprojeto de revisão do regime jurídico de auditoria. [Consultado a 25 de janeiro de 2019]. Disponível em: [https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/ConsultasPublicas/CMVM/Paginas/consulta\\_publica\\_8\\_2018.aspx?v](https://www.cmvm.pt/pt/Legislacao/ConsultasPublicas/CMVM/Paginas/consulta_publica_8_2018.aspx?v)

Curado, Telma. Notas sobre a empresa. [Consultado a 23 de agosto de 2018]. Disponível em: <http://www.tcc-sroc.pt/quem-somos.html> .

Livro Verde “Políticas de Auditoria: as lições da crise”, *site* OROC. [Consultado em 1 de Novembro de 2018]. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/2010/greenpaper.pdf>.

Revista Revisores e Auditores, “EM FOCO”, janeiro a março de 2017. [Consultado em 21 de outubro de 2018]. Disponível em: <http://www.oroc.pt/revista/detalhe.php?id=86> .

## ANEXOS

## Anexo I – Organização do Dossier Permanente



### Dossier Permanente - Índice Geral

#### **1. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA**

- 1.1. Identificação da Empresa (atualizar anualmente)
- 1.2. Escritura de constituição e alterações ao pacto social
- 1.3. Registo comercial
  - 1.3.1. Aumentos de Capital
  - 1.3.2. Registo nomeação
  - 1.3.3. Registo de Renúncia do ROC
  - 1.3.4. Outros
- 1.4. Relação dos sócios ou acionistas e respetiva participação no capital
- 1.5. Composição órgãos sociais, período mandatos e sua evolução ao longo dos anos
- 1.6. Relação dos principais quadros não pertencentes aos órgãos sociais
- 1.7. Breve evolução atividade operacional da empresa e localização das instalações
- 1.8. Participações financeiras:
  - 1.8.1. Em empresas do grupo
  - 1.8.2. Em associadas
  - 1.8.3. Noutras empresas
- 1.9. Elementos patrimoniais onerados:
  - 1.9.1. Hipotecas
  - 1.9.2. Penhores mercantis
  - 1.9.3. Reservas de propriedade
- 1.10. Responsabilidade por valores de terceiros à sua guarda
- 1.11. Garantias ou compromissos assumidos
- 1.12. Resumo das actas:
  - 1.12.1. Convocatórias
  - 1.12.2. Da Assembleia Geral
  - 1.12.3. Do Conselho de Administração
  - 1.12.4. Do Conselho Fiscal
- 1.13. Recortes da imprensa sobre a empresa
- 1.14. Correspondência trocada com a empresa
- 1.15. Espécime das assinaturas dos dirigentes e quadros
- 1.16. Relação dos advogados e dos consultores externos
  - 1.16.1 Respostas à circularização

#### **2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EMPRESA**

- 2.1. Relativa ao sector económico em que se insere
- 2.2. Laboral ( CCT, AE, ACT , PRT )
- 2.9. Outras

---

### **3. CONTRATOS E DOCUMENTOS IMPORTANTES (RESPECTIVAS SÚMULAS)**

- 3.1. Contrato de viabilização (ou acordo de saneamento económico-financeiro)
- 3.2. Acordo com Fundo de Desemprego
- 3.3. Acordos com o Fisco
- 3.4. Apólices de Seguro
- 3.5. Registos de propriedade
- 3.6. Contratos de factoring/confirmins
- 3.7. Contratos de Arrendamento
- 3.8. Contratos de Locação Financeira
- 3.9. Contratos de Locação Operacional
- 3.10. Contratos de Financiamento
- 3.11. Outros relevantes

### **4. RELATÓRIO E ORÇAMENTO**

- 4.1. Relatório e Contas Anuais
- 4.2. Orçamentos
- 4.3. Rácios económico-financeiros da empresa e suas tendências
- 4.4. Rácios económico-financeiros do sector e suas tendências

### **5. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

- 5.1. Informação Empresarial Simplificada (IES)  
Declaração anual de informação contabilística e fiscal  
Registo de prestação de contas  
Prestação de informação de natureza estatística  
Prestação de informação relativa a dados contabilísticos anuais para fins estatísticos
- 5.2. Relatório Único
- 5.3. Para a AT
- 5.4. Para o Instituto Nacional de Estatística
- 5.5. Para Publicação no Diário da República
- 5.6. Outras

### **6. CONTROLO INTERNO**

- 6.1. Organograma
- 6.2. Regulamento Interno - Descrição das tarefas
- 6.3. Medidas e procedimentos de controlo interno, por áreas.
- 6.4. Descrição de Sistemas - Exemplos dos principais documentos utilizados

### **7. POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

- 7.1. Manual de Contabilidade
- 7.2. Quadro - Código de Contas
- 7.3. Manual de Sistemas de informação
- 7.4. Memorando de contingências fiscais

### **8. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 8.1. Inicial
- 8.2. Atualizações

## **9. OUTROS ELEMENTOS**

- 9.1. Comunicação ao ROC Cessante
- 9.2. Correspondência do ROC Cessante
- 9.3. Processo disciplinar - OROC

## **10. PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA DE AUDITORIA**

- 10.1 Aceitação/retenção do cliente
- 10.2. Conhecimento do negócio
- 10.3. Conhecimento da atividade operacional da empresa e do seu meio envolvente
- 10.4. Avaliação dos riscos de distorção material
- 10.5. Determinação da materialidade
- 10.6. Memorando de conclusões de auditoria global
- 10.7. Memorando sobre o controlo de qualidade da auditoria efetuada

## Anexo II - Organização do Dossier Corrente



### Dossier Corrente - Índice Geral

- I** Conclusão do processo de auditoria - Informação final
  - I.1** CLC / RPFU / Outros relatórios
  - I.2** Declaração do órgão de gestão
  - I.3** Documentos de prestação de contas - Versão assinada
  - I.4** Documentos de prestação de contas - Processo de revisão
  - I.5** Procedimentos gerais de auditoria
  - I.6** Eventos Subsequentes
  - I.7** Conferência de saldos iniciais
  - I.8** Prestação de contas de períodos anteriores
- II** Balançetes, extratos e mapas de contabilidade orçamental
  - II.1** Balançetes, extratos e mapas de contabilidade orçamental finais
  - II.2** Balançetes, extratos e mapas de contabilidade orçamental preliminares
  - II.3** Balançetes, extratos e mapas de contabilidade orçamental de períodos intercalares
- III** Revisão analítica global, Memorando de conclusões, Sumário de diferenças de auditoria e Carta de recomendações
  - III.1** Revisão analítica global
  - III.2** Memorando de conclusões de auditoria
  - III.3** Sumário de diferenças de auditoria
  - III.4** Carta de recomendações
- IV** Revisão global do trabalho de auditoria e controlo de qualidade
- V** Correspondência com o cliente e assuntos administrativos relevantes
- VI** Conhecimento do negócio, da entidade e do ambiente de controlo interno
  - VI.1** Obtenção de conhecimento do negócio e da entidade
  - VI.2** Obtenção de conhecimento do ambiente de controlo interno
  - VI.3** Obtenção de conhecimento dos sistemas de informação
  - VI.4** Definição de estratégia de auditoria e programas de trabalho
- VII** Planeamento e identificação de riscos
  - VII.1** Aceitação / continuação do cliente / trabalho e elaboração do contrato de prestação de serviços
  - VII.2** Entendimento dos objetivos do trabalho, prazos e outros detalhes relevantes
  - VII.3** Definição da equipa e elaboração do planeamento do trabalho
  - VII.4** Obtenção de conhecimento do negócio e do cliente
  - VII.5** Identificação de riscos
  - VII.6** Definição de materialidade e contas significativas
- VIII** Contratos relevantes ao processo de auditoria e Outros elementos
- X** Prova documental e Procedimentos substantivos
  - X.1** Prova documental
  - X.2** Procedimentos substantivos

## Índice de procedimentos substantivos

- A** Ativos fixos tangíveis e Propriedades de investimento
- B** Ativos intangíveis e Goodwill
- C** Investimentos financeiros e Outros ativos não correntes
- D** Inventários e Ativos biológicos
- E** Contas a receber de clientes
  - DC\_E** Dossier de circularização de clientes
- F** Outras contas a pagar e a receber (ativo/passivo)
  - F1** Outras contas a receber
  - F2** Outras contas a pagar
  - DC\_F** Dossier de circularização de outras contas a receber e a pagar
- G** Acionistas / sócios (ativo/passivo)
  - G1** Acionistas / sócios - ativo
  - G2** Acionistas / sócios - passivo
- K** Caixa e depósitos bancários
  - DC\_K** Dossier de circularização de entidades bancárias
- L** Diferimentos
  - L1** Diferimentos - ativo
  - L2** Diferimentos - passivo
- M** Contas a pagar a fornecedores
  - DC\_M** Dossier de circularização de fornecedores
- N** Capital próprio
- O** Financiamentos obtidos
  - DC\_O** Dossier de circularização de financiamentos obtidos
- P** Provisões, compromissos fora do balanço e passivos contingentes
  - P1** Provisões
  - DC\_P1** Dossier de circularização de advogados
  - P2** Compromissos fora do balanço
  - P3** Passivos Contingentes



**Q** Estado e outros entes públicos

**R** Rendimentos

- R71** Vendas
- R72** Prestação de serviços
- R73** Variação nos inventários da produção
- R74** Trabalhos para a própria entidade
- R75** Subsídios à exploração
- R76** Reversões
- R77** Ganhos por aumento de justo valor
- R78** Outros rendimentos e ganhos
- R79** Juros, dividendos e outros rendimentos similares

**V** Gastos

- V 61** CMVMC
- V 62** Fornecimentos e serviços externos
- V 63** Gastos com o pessoal
- V 64** Gastos de depreciação e amortização
- V 65** Perdas por imparidade
- V 66** Perdas por redução do justo valor
- V 67** Provisões do período
- V 68** Outros gastos e perdas
- V 69** Gastos e perdas de financiamento

## Anexo III- Definição das Contas Significativas

<b>Cliente:</b>	-		<b>Período:</b>	2017
<b>Índexação:</b>	VII.6.2		<b>Elaborado por:</b>	DG
<b>Procedimento:</b>	Definição de contas significativas		<b>Revisto por:</b>	

### Definição de Contas Significativas

<b>Materialidade global</b>	1 070,00 €
<b>Materialidade aplicada às contas</b>	802,50 €
<b>Diferenças de auditoria</b>	53,50 €

Tipo	Definição	Âmbito do trabalho
<b>Contas significativas</b> <b>Significativa</b>	- Se saldo superior a materialidade para classes de transações, saldos de contas ou divulgações; - Se contas com muitas transações e/ou transações complexas; - Se contas que envolvam estimativas ou julgamentos complexos.	Execução de todos os procedimentos substantivos de auditoria que permitam concluir sobre as asserções aplicadas a cada conta.
<b>Contas não significativas</b> <b>Não significativa</b>	- Se saldo superior à materialidade para classes de transações, saldos de contas ou divulgações, mas contas sem complexidade ou risco e de fácil análise de revisão.	Execução de procedimentos de revisão analítica e procedimentos adicionais, na medida do necessário, sobre cada asserção.
<b>Contas insignificantes</b> <b>Insignificante</b>	- Se saldo abaixo da materialidade para classes de transações, saldos de contas ou divulgações e contas com poucas transações, sem risco e sem complexidade.	Sem necessidade de execução de procedimentos substantivos ou execução limitada.

Demonstração dos resultados	31/12/2017	> Mat apl Contas	Volume de transacções	Complexidade / Julgamento	Classificação	Notas
Vendas e serviços prestados	33 900,00 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
Fornecimentos e serviços externos	- 26 356,76 €	> Mat apl contas	S	N	Significativa	
Gastos com o pessoal	- 36 964,73 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
Outros rendimentos e ganhos	1 521,22 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
Outros gastos e perdas	- 130,43 €				Insignificante	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>- 28 030,70 €</b>					
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 2 207,16 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>- 30 237,86 €</b>					
Juros e gastos similares suportados	- 378,58 €				Insignificante	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>- 30 616,44 €</b>					
Imposto sobre o rendimento do período	- 781,33 €					
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>- 31 397,77 €</b>					

Balanço	31/12/2017	> Mat apl Contas	Volume de transacções	Complexidade / Julgamento	Classificação	Notas
<b>Activo</b>						
Activos fixos tangíveis	41 875,31 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
Outros activos financeiros	177,05 €				Insignificante	
<b>Total dos Activos Não Correntes</b>	<b>42 052,36 €</b>					
Clientes	1 968,00 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
Estado e outros entes públicos	1 167,35 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
Diferimentos	452,21 €				Insignificante	
Caixa e depósitos bancários	8 300,69 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
<b>Total dos Activos Correntes</b>	<b>11 888,25 €</b>					
<b>Total dos Activos</b>	<b>53 940,61 €</b>					
<b>Capitais Próprios</b>						
Capital realizado	140 000,00 €	> Mat apl contas				
Outros instrumentos de capital próprio	546,67 €					
Resultados transitados	- 110 601,76 €	> Mat apl contas	N	N	Não significativa (a)	
Resultado líquido do exercício	- 31 397,77 €	> Mat apl contas				
<b>Total dos Capitais Próprios</b>	<b>- 1 452,86 €</b>					
<b>Passivo</b>						
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>	<b>- €</b>					
Fornecedores	533,51 €				Insignificante	
Adiantamento de clientes	7 171,41 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
Financiamentos obtidos	37 400,00 €	> Mat apl contas	N	S	Significativa	
Outras contas a pagar	10 288,55 €	> Mat apl contas	N	N	Significativa	
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>55 393,47 €</b>					
<b>Total do Passivo</b>	<b>55 393,47 €</b>					
<b>Total dos Capitais Próprios e Passivo</b>	<b>53 940,61 €</b>					
	- €					

(a)

Apesar de apresentar saldo superior à materialidade aplicada às contas, por se tratarem de contas com poucas transacções e de baixo risco, considera-se que as mesmas são Não Significativas, e serão executados procedimentos de auditoria mais limitados na sua extensão.

## Anexo IV- Minuta de circularização de Clientes/Fornecedores

Exmos. Senhores,

Vimos por este meio solicitar o envio aos nossos revisores, **TCC&A - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda**, o detalhe de movimentos das nossas conta-correntes conforme vossos registos (vossa contabilidade), com referência ao período compreendido entre **1 de janeiro e 31 de Dezembro de 2017**.

Solicitamos que seja privilegiado o envio da informação solicitada em formato Excel ou PDF, para os endereços de correio eletrónico [circularizações@tcc-sroc.pt](mailto:circularizações@tcc-sroc.pt), com cópia para nós. Utilize-se, em alternativa, a seguinte morada:

**TCC&A - SROC, Lda.**

Largo de Camões n.º 14 – R/C

2400 - 088 LEIRIA

Agradecendo antecipadamente e esperando a vossa melhor colaboração, subscrevemo-nos, com os nossos melhores cumprimentos.

De V. Exas.

Atentamente,